

# A ESFERA PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA: UM MAPA DA HISTORIOGRAFIA

## THE PUBLIC SPHERE IN THE LATIN AMERICA: A HISTORIOGRAPHICAL MAP

**Pablo Piccato**

Columbia University

**Correspondência:**

Columbia University

420 West 118th St., 8th Floor - New York, NY 10027

E-mail: [pp143@columbia.edu](mailto:pp143@columbia.edu)

### Resumo

A categoria “esfera pública” é frequentemente utilizada pelos historiadores da América Latina sem muita preocupação acerca de suas implicações teóricas e metodológicas. Este artigo pretende revisar a historiografia que tem aplicado as ideias de Habermas à história latino-americana. Centrado em alguns livros particularmente importantes, o artigo pretende examinar potenciais caminhos para a pesquisa e comparações. Ao invés de se tornar uma nova ortodoxia para o estudo da região, a teoria da esfera pública está estabelecendo um diálogo entre historiadores interessados em fenômenos intelectuais e discurso político (a maioria deles centrada na história do liberalismo após as independências) e aqueles historiadores cujo interesse em formações sociais enquadraram seus estudos em termos de hegemonia e dominação de classe.

**Palavras-chave:** esfera pública; historiografia; América Latina.

### Abstract

“Public sphere” is often used by historians of modern Latin America without much concern about its theoretical and methodological implications. This article will review the historical literature that has applied Habermas’s ideas to Latin American history. Focusing on a few particularly important books, the article will examine potential avenues for research and comparisons. Rather than becoming a new orthodoxy for the study of the region, the theory of the public sphere is establishing a dialogue among historians interested in intellectual phenomena and political discourse (most of them centered on the history of liberalism after independence) and those historians whose interest in social formations have framed their study in terms of hegemony and class domination.

**Keywords:** Public sphere; historiography; Latin America.

Referências à “esfera pública” aparecem cada vez com mais frequência nos estudos de História da América Latina. A categoria está sendo naturalizada sem que exista um debate sobre a sua entrada no vocabulário dos historiadores pela porta dos fundos. O objetivo deste artigo é colocar as suas implicações teóricas e perguntar se é possível escrever uma história da esfera pública na América Latina. A resposta, como tentarei mostrar, é um precavido “sim”. Mostrar que o campo não é uma invenção requer atenção, pois envolve juntar, provavelmente contra a sua própria vontade, historiadores que trabalhem a partir de diferentes perspectivas e sobre diferentes regiões, períodos e temas; também é importante considerar com prudência as diferenças entre as literaturas produzidas em espanhol e em inglês. Ao discutir que existe um espaço comum para a pesquisa no campo, as páginas seguintes tentarão mostrar que os autores que trabalham sobre a esfera pública com metodologias marcadamente diferentes compartilham uma série de questões e premissas, que, juntas, conformam um engajamento crítico com o modelo teórico que subjaz à categoria.

Os estudiosos considerados nas páginas seguintes dividem um interesse pela modernização republicana, pela formação do Estado e pelo surgimento de sociedades civis que fica implícito no seu uso da ideia de “esfera pública”. Senão, o seu percurso não diferiria muito do de um leque mais amplo de historiadores que examinam as relações entre sociedade, cultura e política na América Latina, embora centrando as suas aproximações na noção de hegemonia. Este artigo vai defender que o teste de algumas das categorias originariamente expostas por Jürgen Habermas em *The Structural Transformation of the Public Sphere*<sup>1</sup>, e mais recentemente elaborado por quem estuda a História da esfera pública em sociedades ocidentais modernas, pode trazer um diálogo produtivo entre diferentes paradigmas interpretativos. O resultado será o mapa de uma província na historiografia recente da América Latina. Como em um mapa qualquer, a proximidade não significa identidade e, mesmo não cobrindo o país completamente, as suas coordenadas poderiam se aplicar a áreas além das suas margens, deixando ao usuário a opção de qual direção tomar<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: MIT, 1991. Estou em dívida com Tom Klubock, Thom Rath, Federico Sor e Mary Kay Vaughan pelos comentários sobre versões anteriores. Este artigo também foi discutido no *workshop* de graduação da faculdade do Departamento de História da Columbia University e no *workshop* da Nova Escola de Estudos Latinoamericanos. Agradeço a Karl Wennerlind, a Herbert Sloan, a Claudio Lomnitz e a Paul Gootenberg pelos seus comentários. Este artigo foi publicado originalmente em *Social History*, v. 35, n. 2, p. 165-192, em maio de 2010. Agradeço a tradução para o português de Pedro Pablo Fermín Maguire, a revisão de Anderson Roberti dos Reis e o convite de José Alves de Freitas Neto.

<sup>2</sup> O perigo, claro, está em criar “um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele”. (El rigor de la ciencia. In: BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas, 1952-1972*. Barcelona: Emecé Editores, 1996). Esse mapa terá o México no centro. Isso é consequência da minha formação e espero que seja entendido como uma convenção geográfica.

Esse mapa é útil não apenas para os historiadores. No início do século XXI, o legado da modernização neoliberal na América Latina, especificamente o desmantelamento dos Estados de Bem-estar após os regimes autoritários na década de 1970, traz uma nova centralidade para a sociedade civil e para as vozes políticas que emergem dos canais tradicionais dos partidos e dos agentes corporativos. Durante os anos 90, o *liberalismo* e a *democracia sin adjetivos* – ou seja, a política no sentido mais estrito – parecem marcar o caminho para o futuro, enquanto o Marxismo era descartado como mais um tijolo do Muro de Berlim. Ao mesmo tempo os tecnocratas invocavam a ciência – particularmente a econômica – para impor drásticas reformas sobre os Estados e as economias. Porém, ultimamente, viradas eleitorais e movimentos sociais na Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela expressam a insatisfação popular com o alto preço da modernização de cima para baixo. O surgimento de novos agentes na arena pública (camponeses ecologistas, movimentos indígenas, mulheres e ONG's juvenis, entre outros) desafia as explicações tradicionais do comportamento político e requer ferramentas mais sensíveis para estudar as linguagens do dissenso e da mobilização. Durante anos, estudiosos da esquerda têm enxergado em Antônio Gramsci uma maneira de conciliar o marxismo com uma consciência da sociedade civil dramaticamente ausente nas sensibilidades revolucionárias das décadas anteriores. Juan Carlos Portantiero, por exemplo, propõe que a esquerda pode encarar a “crise de valores” da década de 90 e a sua própria falta de “política de massas”, focalizando suas propostas na “esfera pública... como o lugar para a organização autônoma de uma sociedade autogerida ou cooperativa”, crítica com a crescente fragmentação e privatização da vida<sup>3</sup>.

Os renovados interesses na sociedade civil sublinham mais uma razão pela qual as questões relativas à sociedade civil ainda são úteis nos dias de hoje. Desde o livro de 1962 até o seu trabalho mais recente, a contribuição de Habermas vem guiada por uma pesquisa no potencial emancipatório da política, considerada como um diálogo baseado no uso da razão e, em consequência, no acesso irrestrito e na ausência de coerção. A implicação teórica dessa definição pede um novo olhar sobre a relação entre a política e a cultura. A tarefa hoje é tão urgente como sempre, pois os sucessos eleitorais da direita nos Estados Unidos deriva em parte de uma manipulação de temas culturais que parecem ter um maior impacto nos votantes do que os interesses econômicos ou a preservação dos direitos civis. Parece que chegou a hora de os estudiosos liberais progressistas reconsiderarem a ênfase na cultura e a identidade que tem presidido sobre as

---

<sup>3</sup> Ver HABERMAS, Jürgen. *The Philosophical Discourse of Modernity: Twelve Lectures*. (Studies in contemporary German social thought). Cambridge: MIT Press, 1987, p. 37; PORTANTIERO, Juan Carlos. Foundations of a new politics. *Report on the Americas*, XXV, 5, 1991, p. 19; MOUFFE, Chantal; LACLAU, Ernesto. *Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: FCE, 2004.

humanidades ao longo das últimas décadas e de reavaliarem as conexões entre o significado e a estrutura social. A melhor maneira de reagir contra a manipulação Republicana da cultura, para alguns, implica uma mais clara articulação das ideias básicas sobre a classe e a justiça, que estão na base da tradição política democrática desde o New Deal<sup>4</sup>.

O objetivo das próximas páginas é utilizar mais a categoria da esfera pública como “detonador” historiográfico – tomando emprestada a expressão de Habermas – do que tentar construir um novo paradigma. O uso interdisciplinar do conceito depois do livro de 1962, aliás, desafia a “reificação das linhas de pesquisa em subsistemas desconexos de conhecimento” do trabalho acadêmico contemporâneo<sup>5</sup>. Alguns historiadores frequentemente leem o trabalho de Habermas como meramente descritivo, ao estilo de um tipo ideal weberiano, em lugar de como um ingrediente-chave de uma teoria mais ampla. Isso é compreensível se lembrarmos o óbvio anacronismo no termo “esfera pública”, que não entrou em uso até o século XX<sup>6</sup>. Por que não falar então de publicidade ou de “opinião pública”? Uma razão para ir além de um uso descritivo seria a necessidade de encarar os intentos contemporâneos citados acima, de identificar e de entender a esfera pública como um âmbito específico da vida democrática. E reconhecer as necessidades presentes não impede (mais pelo contrário) considerar as implicações teóricas completas da categoria. Eu proponho que, aos historiadores da América Latina, isso signifique especificamente trazer a obra *Structural Transformation* e as ideias subsequentes sobre a ação comunicativa para um diálogo com o conceito de

---

<sup>4</sup> Para Alan Brinkley, “Os democratas precisam retirar a atenção da cultura e voltá-la sobre a classe”. Ver BRINKLEY, Alan. What’s next! The mourning period is over. Now, for simple guidelines for becoming a majority party. *The American Prospect Online Edition*, January 2004. Ver também o fórum sobre as eleições em *The Nation*, 20 Dezembro de 2004. Disponível em: [www.thenation.com/issue.mhtml?i=20041220](http://www.thenation.com/issue.mhtml?i=20041220). Ver HABERMAS, Jürgen. Discourse Ethics: Notes on a Program of Philosophical Justification. In: *Moral consciousness and communicative action*. Cambridge: MIT Press, 1990. Para as implicações normativas do modelo da esfera pública, ver FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, n. 25-26, 1990. Ver também McCARTHY, Thomas A. *The Critical Theory of Jürgen Habermas*. Cambridge: MIT Press, 1981, cap. 1; HABERMAS, Jürgen. *Ciencia y técnica como “ideología”*. México: Rei, 1993. Implícita na ideia de Habermas de “racionalidade comunicativa” está a “experiência central da força não constringida e unificada do discurso argumentativo”. HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action*. Vol. 1. Reason and the Rationalization of Society. Boston: Beacon Press, 1984, p. 10.

<sup>5</sup> STRUM, Arthur. A Bibliography on the Concept of Öffentlichkeit. *New German Critique*, LXI, 1994. Habermas refere-se a “teorias seminais” como aquelas de Freud e Marx, que “inseriram uma ideia autenticamente filosófica como um detonador num determinado contexto de pesquisa” e trazendo como resultados “discursos híbridos” que podem ser criticados a partir do *establishment* acadêmico, mas que poderiam trazer “novas tradições de pesquisa”. HABERMAS, Jürgen. Philosophy as Stand-In and Interpreter. In: *Moral Consciousness and Communicative Action*, *Op. cit.*, p. 15.

<sup>6</sup> O Dicionário Oxford da Língua apresenta dois exemplos do termo, ambos de 1992. Ver entradas para *maternalise* e *Nonsensification*. Dicionário de Inglês Oxford. Disponível em: <http://www.oed.com/>. Para o paralelo com Weber, ver LANDES, Joan B. *Women and the Public Sphere in the Age of the French Revolution*. Ithaca: Cornell University Press, 1988, p. 10.

hegemonia de Gramsci. Para fazer isso, revela-se útil examinar as múltiplas maneiras pelas quais estudiosos de outras regiões têm recolocado a formulação inicial do modelo<sup>7</sup>. Então, as páginas seguintes tratam menos sobre teoria do que sobre uma resposta historiográfica a um “detonador”; assim, levam a “esfera pública” para além de sua função descritiva e examinam o seu potencial teórico e metodológico.

Primeiro, uma delimitação teórica do modelo. Desde o seu modelo básico, mas particularmente no uso recente da categoria, a “esfera pública” refere-se mais a uma transformação política inacabada do que a uma estrutura estável. Dois processos, que evoluíam a ritmos diferentes, convergiam no surgimento de uma esfera pública burguesa. O primeiro era o desenvolvimento gradual de mercados capitalistas, que requeriam a circulação confiável de mercadorias e informação. A alfabetização e a imprensa eram aspectos centrais dessa circulação, junto com o desenvolvimento de Estados-nações que garantissem e regulassem intercâmbios. O segundo processo era o surgimento de espaços de vida social, meios e temas de discussão que unissem indivíduos autônomos crentes na sua igualdade social e cultural. As cortes, os salões, os jornais e os cafés organizavam debates em que homens e mulheres privados usavam de seu gosto e razão para julgar o teatro, a literatura, a ciência e a atuação do governo. As reputações pessoais eram objeto de questionamentos críticos públicos, embora o ideal burguês envolvesse colocar entre aspas algumas diferenças de *status*. Na convergência de ambos os processos, a esfera pública era o espaço conceitual universalmente acessível, onde os cidadãos se uniam para discutir assuntos de interesse comum, sob a ideia de que a razão, o único pré-requisito, estava distribuída equitativamente e que suas vozes teriam um impacto na opinião pública. Ao fazer isso, não apenas representavam interesses privados, mas também estendiam uma nova ponte entre três áreas da vida: os âmbitos privados da esfera doméstica e do trabalho, a publicidade precisa para intercambiar opiniões com outros na sociedade civil, e o Estado. As revoluções na França e as colônias ibéricas e britânicas da América começaram a politização da esfera pública, em um processo que se expandiu geograficamente durante o século XIX.

A representação política tem continuado a se desenvolver desde aquela época, embora ciclos recorrentes de exclusão e de autoritarismo nos lembrem que a esfera pública é tanto um ideal quanto uma realidade, uma normatividade tanto quanto um marco descritivo. Durante o século XX, o desenvolvimento da mídia de massa vinculada a Estados mais fortes e interesses corporativos exerceu uma crescente influência sobre a esfera pública. A privatização da vida e a fragmentação da sociedade civil aumentaram até o ponto em que a sobrevivência da esfera pública como espaço autôno-

---

<sup>7</sup> Habermas vincula a esfera pública com a sua teoria da ação comunicativa em um nível “fundamental”: HABERMAS, Jürgen. Further Reflections on the Public Sphere. In: CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press, 1997, p. 422, p. 441. Outros estudiosos, mencionados a seguir, já sugeriram a necessidade de conformar análises baseadas em Gramsci e em Habermas.

mo e unitário pareceu suficientemente precária para virar objeto de discussão para quem se preocupava com a democracia e a justiça social. A cronologia e os limites do processo completo são difusos: a esfera pública também é o lugar da reflexão contínua sobre suas próprias regras e sobre quem participa dela, sobre as fronteiras entre o público e o privado e sobre as entidades coletivas e individuais<sup>8</sup>.

As questões de pesquisa que os diferentes autores têm derivado dessa narrativa oferecem a possibilidade de entender a política para além de um primeiro âmbito de poder e de instituições e outro de mercados e de interesses. As perguntas sobre a esfera pública permitem colocá-la na brecha entre a sociedade política e o mercado que as narrativas tradicionais deixam aberta. Os partidos e a representação são temas de pesquisa importantes, mas são menos úteis em situações nas quais a própria legitimidade política entra em disputa e as pessoas começam a perguntar quem fala no nome deles e por quê. Quais são as regras para incluir ou excluir interlocutores nesse debate? Como veremos, os historiadores da América Latina estão trazendo essas questões para os primórdios da Independência na região, a fim de explicar a subdivisão de Impérios em outras unidades políticas, enquanto jogam luz sobre a persistência da democracia apesar da desigualdade e da violência.

O que foi que esses e outros historiadores fizeram com o modelo? A obra *Structural Transformation*, elaborada sobre a bibliografia existente na época, não sobrevive sempre ileso ao rigoroso escrutínio dos seminários de Pós-graduação em História. As limitações empíricas desse modelo trazem projetos de pesquisa que testam as suas capacidades de descrição como se fosse mais um marco a ser completado do que um engajamento crítico em relação às grandes narrativas existentes. James Van Horn Melton, por exemplo, examina com atenção as condições de surgimento dos públicos educados, em particular a privatização do espaço doméstico na Europa Ocidental do século XVIII. Ele critica Habermas pela falta de precisão cronológica e pela influência de um Marxismo bastante convencional em seus rígidos pré-conceitos sobre a identidade burguesa. Conforme Melton, o materialismo histórico do Habermas marxista não pode se reconciliar com a preocupação com o progresso da ilustração do Habermas kantia-

---

<sup>8</sup> A definição inicial de Habermas é provisória e compreende a diversidade de questões mencionada acima: “The bourgeois public sphere may be conceived above all as the sphere of private people come together as a public; they soon claimed the public sphere regulated from above against the public authorities themselves, to engage them in a debate over the general rules governing relations in the basically privatized but publicly relevant sphere of commodity exchange and social labor. The medium of this political confrontation was peculiar and without historical precedent: people’s public use of their reason”. Ver HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation*, *Op. cit.*, p. 27. Ver também HABERMAS, Jürgen. The Public Sphere: An Encyclopedia Article. *New German Critique*, III, 1974. Sobre o caráter histórico da definição, ver POSTONE, Moishe. Political theory and historical analysis. In: CALHOUN (ed.), *Habermas and the public sphere*, *Op. cit.*

no<sup>9</sup>. Aquilo que em *Structural Transformation* era um esboço transforma-se agora, no trabalho de Melton e de outros, em uma detalhada história do surgimento de “públicos” leitores, do desenvolvimento do seu senso crítico (primeiro no teatro, depois na literatura), e do crescimento de espaços de sociabilidade (salões, tavernas, cafeterias)<sup>10</sup>.

A qualificação histórica mais importante do modelo é o reconhecimento de que, na prática, o acesso universal e a igualdade dentro da esfera pública estavam comprometidos por exclusões, principalmente referidas ao gênero e à classe<sup>11</sup>. Enquanto Habermas já tinha destacado o papel das mulheres na cena literária pública, autoras feministas têm examinado as exclusões de gênero “desde o ponto de vista da própria política”, em vez de como efeitos de estruturas familiares e econômicas. Para Joan Landes, a exclusão da mulher era um aspecto essencial da esfera pública que emergia da Revolução Francesa. Conforme ela propõe, a distinção artificial entre os âmbitos público e privado reduz a intervenção nas discussões públicas à expressão de preocupações particulares, domésticas, deixando para os homens a formulação dos interesses universais e da razão<sup>12</sup>. Outros historiadores da Europa Ilustrada respondem que as mulheres estavam, aliás, incluídas em um “alto grau” e que a dicotomia “público-privado” era de fato menos hermética do que Landes ou Sarah Maza estão dispostas a reconhecer; propõem que a exclusão era uma característica contingente, pois a premissa normativa do acesso público incluía as mulheres<sup>13</sup>. Para Habermas, o público e o privado eram categorias mutuamente constitutivas. A invenção de um âmbito isolado de domesticidade permitia ao *bourgeois* negar os seus próprios interesses e virar um *homme* universal fora desse âmbito<sup>14</sup>.

---

<sup>9</sup> MELTON, James Van Horn. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*. New York: Cambridge University Press, 2001, p. 10, p. 12.

<sup>10</sup> Para percursos similares, ver THOMPSON, E.P. *The Making of the English Working Class*. New York: Random House, 1966. SENNETT, Richard. *The Fall of Public Man*. New York: Knopf, 1977.

<sup>11</sup> ELEY, Geoff. Nations, publics, and political cultures: placing Habermas in the nineteenth century. In: DIRKS, Nicholas B.; ELEY, Geoff.; ORTNER, Sherry B. (eds.). *Culture/Power/History: A Reader in Contemporary Social Theory*. (Princeton: Princeton University Press, 1994. Esse ensaio também foi publicado em CALHOUN (ed.), *Op. cit.*

<sup>12</sup> LANDES, Joan B. The public and the private sphere: a feminist reconsideration. In: LANDES, Joan B. (ed.). *Feminism, the Public and the Private*. Oxford: Oxford University Press, 1998), p. 2, p. 142-143. Ver também CALHOUN, Craig. Introduction: Habermas and the public sphere. In: CALHOUN (ed.), *Op. cit.*, p. 34-35; BENHABIB, Seyla. Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas. In: *ibidem*, p. 92.

<sup>13</sup> MAH, Harold. Fantasies of the public sphere: rethinking the Habermas of historians. *Journal of Modern History*, LXXII, n. 1, 2000. Devo esta referência a Samuel Moyn.

<sup>14</sup> HABERMAS, *The Structural Transformation*, *Op. cit.*, p. 27, p. 55; MELTON, *The Rise*, *Op. cit.*; GORDON, Daniel. Philosophy, sociology, and gender in the Enlightenment conception of public opinion. *French Historical Studies*, XVII, n. 4, 1992, p. 899, p. 901; BAKER, Keith Michael. Defining the public sphere in eighteenth century France: variations on a theme by Habermas. In: CALHOUN (ed.), *Op. cit.*, p. 202.

A crítica feminista faz parte inevitável da própria teoria. Para entender a eventual exclusão das mulheres da opinião pública, embora o seu papel na vida cortesã e nos salões, autores como Roger Chartier e Arlette Farge incorporam análises culturais com um interesse na linguagem nos seus esforços históricos de dar conta das construções históricas da razão e da irracionalidade<sup>15</sup>. Esses estudos sobre a contingência das categorias políticas e culturais fundamentais unem fenômenos frequentemente estudados de maneira separada: as sociabilidades populares e da elite e o surgimento de públicos e de identidades diversas; o papel da imprensa e da mídia de massa na política, etc. Mas também o da fofoca e de outras formas orais; os valores de representação e suas transformações simbólicas e institucionais e a circulação de produtos culturais diversos. O modelo da esfera pública coloca todos esses sujeitos na intersecção de domínios econômicos, sociais, políticos e culturais, que ficavam isolados nos estudos históricos tradicionais<sup>16</sup>.

### A esfera pública na História da América Latina

A História da América Latina é uma arena particularmente promissora para encarar a categoria da esfera pública com outros modelos interpretativos por causa da contínua reavaliação do modelo na região. A mudança política, por exemplo, entende-se, cada vez mais, como uma mudança cultural. A identidade, em particular as identificações étnico-raciais (em geral desconsideradas nos debates europeus como formas de exclusão da esfera pública), constitui um terreno explicitamente contestado por meio da reivindicação de direitos indígenas e do retorno de reivindicações nacionais frente a uma modernização capitalista agressiva – embora o *indigenismo* e o nacionalismo já não constituam o contrário da modernidade globalizada (uma focalizada no caráter indígena, a outra na nação) –, mas apropriações específicas dela. A categoria da esfera pública é útil para entender o caráter histórico e o significado político de culturas e de identidades, porque fornece uma ênfase mais clara na política do que a noção de “cultura” e um terreno potencialmente produtivo para categorias interpretativas como a

---

<sup>15</sup> CHARTIER, Roger. *The Cultural Origins of the French Revolution*. Durham: Duke University Press, 1991; FARGE, Arlette. *Subversive words: Public Opinion in Eighteenth-Century France*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1994. Ver também: LANDES, *Women and the Public Sphere*, *Op. cit.*; BAKER, Keith Michael. *Inventing the French Revolution: Essays on French Political Culture in the Eighteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990; MAZA, Sarah C. *Private Lives and Public Affairs: The Causes Célèbres of Pre-revolutionary France*. Berkeley: University of California Press, 1993.

<sup>16</sup> Para uma bibliografia da diversidade de trabalhos, históricos e de outros tipos, inspirados nesse modelo, ver STRUM, *Op. cit.* Um censo similar provavelmente seria impossível hoje em dia. Ver também HOHENDAHL, Peter Uwe. Public Sphere, models and boundaries. In: CALHOUN (ed.), *Op. cit.*, p. 108. Para um exemplo dessas possibilidades, ver HURD, Madeleine. *Public Spheres, Public Mores, and Democracy: Hamburg and Stockholm, 1870-1914. Social history, popular culture, and politics in Germany*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

hegemonia. Ao delimitar a discussão para questões específicas sobre a relação entre o significado, a comunicação e a política, o modelo da esfera pública já mostrou sua capacidade de detonar ou, ao menos, de alimentar prioridades de pesquisa produtivas sobre a cultura e a política<sup>17</sup>.

O trabalho de François-Xavier Guerra sobre as revoluções de Independência na América Espanhola, em particular *Modernidad e independencias*, colocou a esfera pública no coração do processo de construção nacional. Ele propunha que o nascimento das novas nações surgidas nos reinos da América foi produto do surgimento de múltiplas esferas públicas politizadas em centros administrativos e comerciais depois da crise de 1808. A escrita e a leitura tinham um sentido de urgência política que não veio, ao contrário da Europa, da fermentação de conversas burguesas em salões e cafeterias. Na opinião de Guerra, a necessidade de os súditos americanos julgarem o governo, a ciência e a razão tinha as suas origens no século XVIII, quando os Bourbons decidiram tratar seus domínios americanos como colônias em vez de como reinos do mesmo *status* que aqueles da península. As reformas impulsionaram os americanos a expressar descontentamentos, que, embora modernos em sua publicidade, estavam baseados na noção igualitária de um pacto entre os súditos e a Coroa. Segundo Guerra, a centralidade política dos municípios da era da conquista retornou no século XVIII sob a forma de uma “nostalgia *pactista*”, inspirando uma onda continental de revoltas e o surgimento de *juntas* locais. Enquanto no passado os direitos dos residentes crioulos e espanhóis residentes nas cidades americanas não precisavam ser defendidos publicamente, esses direitos tornaram-se de repente o tema unificador do discurso público e a expansão da imprensa periódica<sup>18</sup>.

A liberdade de imprensa, os debates sobre o conselho municipal (*ayuntamiento*) e a participação crioula nas cortes de Cádiz foram eventos políticos-chave, porque eles criavam *pueblos*; ou, falando de jeito mais específico, deslocavam o significado do termo do local para o nacional: os municípios transformavam-se em povos. Esferas públicas novas e politizadas forneciam aos *pueblos* americanos um repertório comum de vocabulários e objetivos que impulsionou a mobilização política a favor e contra a Independência; tais esferas chegaram tão longe quanto a influência das lideranças políticas emergentes em cidades como Buenos Aires, Cidade do México e Bogotá, e no proces-

---

<sup>17</sup> Veja uma discussão das implicações disso desde o ponto de vista da História do México em PICCATO, Pablo. Introducción: ¿Modelo para armar? Hacia un acercamiento crítico a la teoría de la esfera pública. In: SACRISTÁN, Cristina; PICCATO, Pablo (eds.). *Actores, espacios, y debates en la historia de la esfera pública en la ciudad de México*. (México DF: Instituto Mora, 2005. Ver também: *Hispanic American Historical Review*, LXXIX, n. 2, 1999, e PICCATO, Pablo. Conversación con los difuntos: una perspectiva Mexicana ante el debate sobre la historia cultural. *Signos Históricas*, VIII, 2002.

<sup>18</sup> GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid; México DF: Editorial Mapfre; FCE, 2000, p. 117; GUERRA, François-Xavier. *México: del antiguo régimen a la revolución*. México DF: FCE, 1988.

so conformaram diversas populações a transformá-las em públicos unificados, gerando um sentimento de pertencimento à nação ou “vontade popular” unificada. Segundo Guerra, se *el pueblo* ainda era uma ficção construída e representada por minorias, os debates e as práticas que o constituíam são objetos centrais de pesquisa histórica. A partir de uma perspectiva similar, Carmen McEvoy caracteriza “o processo político da construção do Estado no Peru como um intenso diálogo na esfera pública”. Desde o começo, a imprensa ponderou o valor da opinião pública e tentou lhe imprimir forma, transformando as relações entre o poder e a escrita<sup>19</sup>. Nesses estudos, as jovens esferas públicas da América Latina tornaram-se focos de pesquisa mais relevantes do que os esforçados Estados e sociedades civis que se desenvolveram em torno deles.

A descrição feita até aqui contém uma ênfase que não é central em *Modernidad e independencias*. Enquanto Guerra usava explicitamente a noção de esfera pública e fazia referências a *Structural Transformation*, a inspiração historiográfica direta dele vinha da história expandida “do político”, conforme as propostas de François Furet e de outros historiadores da Revolução Francesa. Assim, embora o escopo de seus interesses seja amplo, Guerra segue Furet ao focalizar a “a revolução cultural que possibilita a criação da política”<sup>20</sup>. Como no caso de Furet, Guerra retira a ênfase do caráter burguês da esfera pública e mostra pouco interesse em testar as interações entre as elites e o resto da sociedade: os interesses econômicos e as identidades de classe subordinavam-se à chegada da cultura republicana e ao embate da politização: como objetos de estudo, as “*sociabilidades*”, referentes tanto à cultura pública quanto aos vínculos políticos, substi-

<sup>19</sup> McEVOY, Carmen. *La utopía republicana: ideales y realidades en la formación de la cultura política peruana, 1871-1919*. Lima: PUC, 1997, p. 11; McEVOY, Carmen. Seríamos excelentes vasallos y nunca ciudadanos: prensa republicana y cambio social en Lima, 1791-1822. In: JAKSIC, Iván (ed.). *The Political Power of the Word: Press and Oratory in Nineteenth-Century Latin America*. London: Institute of Latin American Studies, 2002, p. 37. Ver também WARREN, Richard A. *Vagrants and Citizens Politics and the Masses in Mexico City from Colony to Republic*. Wilmington: SR Books, 2001, p. 170. Depois da independência “Lo radicalmente nuevo es la creación de una escena pública”. GUERRA, *Modernidad e independencias*, *Op. cit.*, p. 13, p. 23, p. 87. Isso equipara-se à afirmação de Benedict Anderson de que “a convergência do capitalismo e a tecnologia da imprensa... criaram a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, que, em sua morfologia básica, fundou as bases da nação moderna”, e o seu foco nas identidades crioulas americanas como exemplos precoces desse processo. ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. New York- Londres: Verso, 1983, p. 46. Conceitos como *el pueblo* ou *lo público* também tinham uma história que ilustrava a incorporação de noções tradicionais e outras mais modernas, como explorou Annick Lempérière em: Reflexiones sobre la terminología política del liberalismo. In: ILLADES, Carlos; CONNAUGHTON, Brian; PÉREZ TOLEDO, Sonia (eds.). *Construcción de la legitimidade política en México*. Zamora: Colegio de Michoacán, 1999.

<sup>20</sup> GUERRA, *Modernidad e Independencias*, *Op. cit.*, p. 30. Ver FURET, François. *Penser la Révolution française*. Paris: Gallimard, 1978. Para Palti, no uso que Guerra faz de Habermas faltava uma crítica “forte” do modelo de esfera pública e falhou em reconhecer o trabalho de Reinhart Koselleck como um antecedente necessário. Furet e Cochin foram decisivos no trabalho de Guerra para fortalecer essa crítica, sem abraçar “*las teorías multiculturalistas pós-modernas*”. PALTÍ, Elías José. Guerra y Habermas: ilusiones y realidad de la esfera pública Latinoamericana. In: PANI, Erika; SALMERÓN, Alicia (eds.). *Conceptualizar lo que se ve: François-Xavier Guerra historiador, homenaje*. México DF: Instituto Mora, 2004, p. 466.

tuíam análises socioeconômicas detalhadas<sup>21</sup>. Na opinião de Guerra, as revoluções de Independência não foram grandes transformações socioeconômicas, mas defendiam valores que eventualmente abraçaram todas as camadas sociais. Assim, questionar-se sobre o surgimento de uma esfera pública burguesa em termos de “classe social” revelava-se menos útil do que, segundo Tocqueville, questionar-se sobre a união de elites como “classe cultural”<sup>22</sup>.

Um tipo específico de análise cultural define essa narrativa, expondo as diferentes visões da esfera pública na História da América Latina. Guerra examinou com atenção a intersecção entre ‘cultura’, que definiu pela autonomia das determinações materiais, e política, concluindo que as sociabilidades de elite modernas foram a chave para a experiência americano-espanhola. Com a esfera pública, ele afirmava, surgiu um grupo de “homens de pena e palavras”, que criavam opinião pública<sup>23</sup>. Esses homens – letrados, laicos, ilustrados e expostos à influência da França por intermédio das viagens e das leituras – estavam à frente “dessa mutação cultural que é a Modernidade”. A modernização de Guerra, desconectada das relações de classe e das dificuldades ou de interesses econômicos, percorria um caminho que ia das elites “e descendia em direção a outros grupos sociais”<sup>24</sup>. Tratava-se de uma modernidade coerente, socialmente restritiva e inequivocamente europeia.

---

<sup>21</sup>Ver GOODMAN, Dena. Public sphere and private life: towards a synthesis of current historiographical approaches to the Old Regim. *History and Theory*, XXXI, n. 1, 1992, p. 8, p. 12. A rejeição explícita de Guerra ao marxismo de Habermas, em GUERRA, *Modernidad e Independencias*, *Op. cit.*, p. 86, p. 87, p. 14. Para estudos inspirados nas reflexões de Guerra e para uma conexão mais clara com os contextos locais, ver GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick. (eds.). *Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüedades y problemas: Siglos XVIII-XIX*. México DF: FCE, 1999. Para a esfera pública como parte da politização de novas sociedades nacionais, ver GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. Sociabilidad, espacio urbano y politización en la ciudad de Buenos Aires (1820-1852). In: SÁBATO, Hilda; LETTIERI, Alberto R. (eds.). *La vida política en la Argentina del siglo XIX: armas, votos y voces*. Buenos Aires: FCE, 2003, p. 199.

<sup>22</sup> GUERRA, *Modernidad e independencias*, *Op. cit.*, p. 12, p. 101. Tal caracterização do impacto socioeconômico e das causas das revoluções de independência é questionada em TUTINO, John. *From insurrection to Revolution in Mexico: Social Bases of Agrarian Violence, 1750-1940*. Princeton: Princeton University Press, 1988; VAN YOUNG, Eric. *The Other Rebellion: Popular Violence, Ideology, and the Mexican Struggle for Independence, 1810-1821*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

<sup>23</sup> GUERRA, *Modernidad e independencias*, *Op. cit.*, p. 17, p. 91, p. 234. O foco habermasiano em “um público novo, autônomo e livre” implica uma marcada alternativa frente à ênfase tocquevilliana de Furet nas associações e nos modos de sociabilidade como base da moderna opinião pública. CHARTIER, *Cultural origins*, *Op. cit.*, p. 16-17.

<sup>24</sup> GUERRA, *Modernidad e independencias*, *Op. cit.*, p. 52, p. 99. A ênfase de Guerra na cultura adequa-se bem às visões mais antigas da “cultura latino-americana” como algo claramente identificável. Para Edmundo O’Gorman, essa identidade comum significava que a influência dos Estados Unidos é de pouca importância no surgimento de uma cultura política da América Latina. O’GORMAN, Edmundo. Hegel y el moderno panamericanismo. *Letras de México*, II, n. 8, 1939. Ver HALE, Charles. Edmundo O’Gorman y la historia nacional. *Signos Históricos*, II, n. 3, 2000, p. 17, p. 24. Falta uma problematização do neocolonialismo como modo informal e subordinado de entrada na Modernidade. Ver HALPERÍN DONGHI, Tulio. *The Contemporary History of Latin America*. Durham: Duke University Press, 1993.

Ao olhar para o vocabulário do Republicanismo, os historiadores da esfera pública na América Espanhola exploram, nas palavras de Carmen McEvoy, uma “textura cultural muito mais rica e complexa do que a providenciada pelas interpretações liberais clássicas”<sup>25</sup>. O próprio republicanismo é “o processo de interação entre um vocabulário associado a um *ethos* específico e à esfera da opinião pública”, encarnado por homens “de pena e de espada” como Juan Espinosa, autor de um léxico republicano de 1855 editado por McEvoy. A sociabilidade transforma-se aqui em uma categoria mais incisiva, que inclui as condições sociais de produção de palavras de combate: os mercados culturais, o clientelismo dos burocratas e outros vizinhos urbanos, e o trabalho de editores como mediadores culturais chave<sup>26</sup>. Os resultados vão além do discurso. Partindo desse ponto de vista, a construção do Estado depois da Independência fez parte de um processo no qual *el pueblo* passou “de uma comunidade retórica para uma política”<sup>27</sup>.

A ênfase na linguagem da política, nas recentes histórias intelectuais das jovens unidades políticas, gera uma reavaliação crítica da teleologia da modernização e uma revisão menos otimista da transição das velhas estruturas para a modernidade parcial. Segundo Rafael Rojas, enquanto novos públicos tinham emergido como consequência das discussões ilustradas desde 1808, o discurso político continuava sendo gerado “no interior de corpos dos vice-reinados e segundo o imaginário corporativo”. Assim, aqueles públicos não supunham as verdadeiras expressões da cidadania moderna. Se a revolução da independência teve alguma repercussão como “movimento social”, diz Rojas, foi “a construção de uma esfera pública moderna”, paradoxalmente baseada em “sociedades secretas, conspirações locais, bandos armadas, grupos de opinião, assembleias provinciais e facções parlamentares” em Cádiz<sup>28</sup>. Rojas ecoa a visão de Guerra das elites como criadoras e da encarnação do *pueblo*, embora proponha que a Independência não possa se caracterizar como uma “mutação cultural” democrática senão como uma renovação paradoxal da monarquia por meio do republicanismo. É claro que o republicanismo esteve nas mentes das elites modernizadoras, mas, conforme a proposta de Rojas, foi uma visão geralmente tradicional da ordem monárquica

---

<sup>25</sup> McEVOY, *La utopía republicana*, *Op. cit.*, p. 11.

<sup>26</sup> McEVOY, *Seríamos excelentes vasallos*, *Op. cit.* Para observações similares, a serem examinadas abaixo, ver RAMA, Ángel. *The Lettered City*. Durham: Duke University Press, 1996.

<sup>27</sup> McEVOY, *Seríamos excelentes vasallos*, *Op. cit.*

<sup>28</sup> ROJAS, Rafael. *La escritura de la independencia: el surgimiento de la opinión pública en México*. México DF: Taurus/Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2003, p. 17, p. 34, p. 35, p. 62.

que abriu a esfera pública<sup>29</sup>. Para José Antonio Aguilar, essa ênfase na tradição republicana, encarnada nas liberdades locais e em uma *virtù* de raízes mais profundas do que as sociabilidades ilustradas, constitui uma crítica das narrativas nacionais centradas no liberalismo e em seu antimonarquismo “epidérmico”<sup>30</sup>. O Republicanismo tinha menos a ver com a representação democrática do que com os meios pragmáticos para atingir um balanço entre velhos e novos poderes<sup>31</sup>.

Esse renovado interesse no republicanismo na América Latina implica uma tentativa de retraçar fronteiras disciplinares e reivindicar a autonomia do âmbito intelectual. Para José Elías Palti, a História intelectual oferece uma atualização muito necessária da historiografia, que tinha ficado à margem da virada linguística<sup>32</sup>. Palti situa a opinião pública no centro de um estudo das conexões entre o conflito ideológico, os debates públicos e a legitimidade política. As opiniões públicas latino-americanas expressavam as esperanças depositadas em uma unidade nacional, mas também eram ainda resultado de unidades políticas fracionadas, embora, como também propõe Palti, compreender o discurso político signifique ir além da análise do discurso como expressão do conflito entre facções, a fim de testar as condições da possibilidade das enunciações. A questão já não é encontrar o rótulo certo – liberal, conservador, moderno, tradicional, republicano, monárquico, etc. –, mas sim apreender o momento de “política

---

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 35. Ver também ESCALANTE, Fernando. *Ciudadanos imaginarios: memorial de los afanes y desventuras de la virtud y apología del vicio triunfante en la República Mexicana: Tratado de Moral Pública*. México: Colegio de México, 1993. Para estudos recentes do sentimento monárquico no México, ver PANI, Erika. *Para Mexicanizar el Segundo Imperio: el imaginario político de los imperialistas*. México DF: Colegio de México/Centro de Estudios Históricos; Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2001; PALTÍ, Elías José (ed.). *La política del disenso: La “polémica en torno al monarquismo” (México, 1848-1850)... y las aporías del liberalismo*. México DF: FCE, 1998. Se no final as novas nações rejeitaram o monarquismo liberal, explica Rojas, foi por causa da lógica revolucionária da insurgência e da resposta tradicionalista consequente, mas não por causa de nenhum traço inerentemente democrático na nova esfera pública. ROJAS, *La escritura, Op. cit.*, p. 49.

<sup>30</sup> AGUILAR, José Antonio. Dos conceptos de república. In: AGUILAR, José Antonio; ROJAS, Rafael (eds.). *El republicanismo en hispanoamérica: ensayos de historia intelectual y política*. México DF: Centro de Investigación y Docencia; FCE, 2002, p. 63. Ver McEVOY, Seríamos excelentes vasallos, *Op. cit.*, p. 43.

<sup>31</sup> Para uma visão da “*tradición republicana*” como centro de uma história política do México, em longo prazo, que enfatize a representação local e corporativa em vez da democracia e da igualdade, HERNÁNDEZ CHÁVEZ, Alicia. *La tradición republicana del buen gobierno*. México DF: El Colegio de México; Fideicomiso Historia de las Américas; FCE, 1993; ANNINO, Antonio. Ciudadanía versus gobernabilidad republicana en México: los Orígenes de un dilema. In: SÁBATO, Hilda (ed.). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México DF: FCE, 1999. Para uma perspectiva similar (a de uma história intelectual a la Cambridge, como foi invocada por Aguilar), ver GORDON Philosophy, Sociology, and Gender, *Op. cit.*, p. 883-885, p. 888, p. 891.

<sup>32</sup> PALTÍ, Elías José. Las polémicas en el liberalismo argentino: Sobre virtud, republicanismo y lenguaje. In: AGUILAR; ROJAS (eds.), *El republicanismo en hispanoamérica, Op. cit.*, p. 167.

generalizada” que se seguiu à Independência, quando inclusive os princípios básicos da ordem política podiam ser debatidos<sup>33</sup>.

Palti propõe uma reconsideração do leque de História Política do século XIX. A opinião pública mexicana vivenciou uma transformação de uma “opinião pública judicial”, predominantemente oral e que funcionava como tribunal de opinião e adjudicava o debate por meio do acúmulo de argumentos em lugar de procurar uma verdade definitiva, para uma opinião pública mais “estratégica” ou “proselitista”: explicitamente partidária, mais coerente, e, mais tarde no século XIX, capaz de construir finalmente uma legitimidade estável com o uso deliberado da “tecnologia da escrita”<sup>34</sup>. Isso implica metodologicamente uma maior atenção para o valor heurístico do conflito e da retórica. A opinião pública judiciária não funcionava sobre a presunção de unanimidade, defende Palti, mas sim sobre um modelo combativo de defesa e ataque. Os primeiros ideólogos odiavam os partidos políticos, aos quais acusavam de disciplinar a opinião, pois eles achavam que a razão não devia ser limitada pela lealdade para melhor poder julgar a atuação do governo, mesmo os resultados sendo desagradáveis; a honestidade e a autonomia eram mais importantes do que a coerência programática. O poder interveio na opinião pública mais tarde no século, ao manipular e ao criar matérias e sujeitos, e ao enfatizar a organização social em cima da autonomia<sup>35</sup>. Tais análises jogam uma nova luz sobre uma imprensa, a do século XIX, que as histórias nacio-

---

<sup>33</sup> PALTI, Elías José. *La invención de una legitimidad: Razón y retórica en el pensamiento mexicano del siglo XIX (Un estudio sobre las formas del discurso político)*. México DF: FCE, 2005.

<sup>34</sup> PALTI, Elías José. La transformación del liberalismo mexicano en el siglo XIX: del modelo jurídico de opinión pública al modelo estratégico de la sociedad civil. In: SACRISTÁN; PICCATO (eds.), *Actores, espacios y debates, Op. cit.*; ver também ILLADES, Carlos; RODRÍGUEZ, Kuri Ariel (eds.). *Instituciones y ciudad. Ocho estudios históricos sobre la ciudad de México*. México DF: FP; SONES; Uníos, 2000; CONNAUGHTON, Brian; ILLADES, Carlos; PÉREZ TOLEDO, Sonia (eds.). *La construcción de la legitimidad política en México*. México DF: El Colegio de Michoacán; Universidad Autónoma Metropolitana; Universidad Nacional Autónoma de México; El Colegio de México, 1999. Sobre a França e a opinião pública, ver BAKER, *Inventing the French Revolution, Op. cit.*; OZOUF, Mona. Le concept d'opinion publique au XVIIIème siècle. In: *L'Homme régénéré. Essais sur la Revolution Française*. Paris: Gallimard, 1989); FARGE, *Subversive Words, Op. cit.*

<sup>35</sup> PALTI, *La invención de una legitimidad, Op. cit.*, p. 301; PALTI, Elías José. La sociedad filarmónica del Pito. Ópera, prensa y política en la República Restaurada (México, 1867-1976). *Historia Mexicana*, 52, n. 4, 2003; PALTI, La transformación del liberalismo, *Op. cit.* Guerra, contudo, destacou a importância da discussão no momento de alcançar a ‘verdad social’, em um processo que vincula os interesses públicos e privados a interesses contraditórios. A unanimidade, como no esquema de Palti, só é alcançada mais para frente: GUERRA, *Modernidad e independencias, Op. cit.*, p. 270-271, p. 273. Para processos similares na Argentina, ver PALTI, *Las polémicas, Op. cit.* O modelo judiciário de opinião pública oferece um panorama útil do recente interesse na história da retórica, desde os seus usos coloniais majoritariamente religiosos até os usos da oratória no século XIX, na construção do nacionalismo. Ver JAKSIC (ed.), *The Political Power of the Word, Op. cit.*

nais tinham simplificado sob forma de um confronto entre conservadores e liberais<sup>36</sup>. A retórica transforma-se mais do que em um simples aspecto estético da linguagem: para Jorge Myers, a História da opinião pública na Argentina é a história dos esforços da elite de Buenos Aires por legitimar seu domínio e oferecer uma alternativa frente à autoridade sagrada monopolizada pelo púlpito. No processo, tais elites estavam subordinadas à razão, transformando-a em um agente militante no confronto contra o barbarismo e os inimigos das *luces*<sup>37</sup>.

A modernidade, em particular no trabalho de Guerra, pode transformar-se em um marco limitador, que, por exemplo, deixe de fora um campo de debate chave anterior à Independência, uma fonte de dispositivos retóricos e promotor da expansão da imprensa: a religião. A educação religiosa, as práticas e as associações sociais, fortemente arraigadas no período colonial, continuaram essenciais na vida política e intelectual ao longo do século XIX, e não necessariamente excluindo conteúdos democráticos. Os debates coloniais e as disputas políticas centradas na teologia – tais como o confronto entre o bispo de Puebla Juan de Palafox y Mendoza e os jesuítas no século XVII – sugerem a existência de algum tipo de esfera pública antes da independência<sup>38</sup>.

O avanço das pesquisas sobre os debates da era colonial e do dissenso político dependerá provavelmente da habilidade dos estudantes de quebrarem os códigos (teo-

<sup>36</sup> Ver também PALTÍ, Introducción. In: *La política del dissenso, Op. cit.*; PALTÍ, La Sociedad Filarmónica del Pito, *Op. cit.*; e PALTÍ, Los diarios y el sistema político mexicano en tiempos de la República Restaurada (1867-1876). In: ALONSO, Paula (ed.). *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: FCE, 2004. Para o crescente interesse na história da imprensa na América Latina, ver outros capítulos desse mesmo volume; JAKSIC (ed.), *The Political Power of the Word, Op. cit.*; ALCARAZ, Florence Touissant. *Escenario de la prensa en el Porfiriato*. México DF: Fundación Manuel Buendía; Universidad de Colima, 1989; CASTRO, Miguel Ángel (ed.). *Tipos y caracteres: la prensa mexicana (1822-1855): memoria del coloquio celebrado los días 23, 24 y 25 de septiembre de 1998*. México DF: Instituto de Investigaciones Bibliográficas; Seminario de Bibliografía Mexicana del Siglo XIX; Universidad Nacional Autónoma de México, 2001; SEOANE, María Cruz. *Oratoria y periodismo en España del siglo XIX*. Valencia: Fund. Juan March, 1977; GUZMÁN PÉREZ, Moises. *Pratiques de sociabilité et de Lecture en Nouvelle-Espagne: L'évêche de Michoacán (1870-1910)*. *Bulletin de l'Institut Pierre Renouvin*, n. 17, 2003.

<sup>37</sup> MYERS, Jorge. Las paradojas de la opinión: el discurso político rivadaviano y sus dos polos: El “gobierno de las luces” y “la opinión pública, reina del mundo”. In: SÁBATO; LETTIERI (eds.), *La vida política en la Argentina, Op. cit.*, p. 80, p. 88, p. 93; PALTÍ, Elías José. Recent studies on the emergence of a public sphere in Latin America. *Latin American Research Review*, XXXVI, n. 2, 2001. Sobre o papel político da razão, ver McCARTHY, *Critical Theory of Jürgen Habermas, Op. cit.*

<sup>38</sup> Ver ARROM, Silvia. Una nueva sociabilidad femenina: Las señoras de la caridad de San Vicente de Paul, 1863-1910 (*Paper apresentado no V Seminario Internacional Sobre la Experiencia Institucional de la Ciudad de México: las Sociabilidades en la ciudad de México del siglo XIX a la Revolución*). México DF, 23 Jun. 2005; GUZMÁN PÉREZ, *Op. cit.*; FORMENT, Carlos A. *Democracy in Latin America, 1760-1900*. Chicago: University of Chicago Press, 2003; HERREJÓN PEREDO, Carlos. Sermones y discursos del primer imperio. In: ILLADES; CONNAUGHTON; PÉREZ TOLEDO (eds.), *Op. cit.* Depois da independência, a influência de Roma ficou forte de novo, para se tornar hegemônica só mais tarde no século dezenove. Sobre Palafox e os Jesuítas, ver SIMMONS, Charles E. P. Palafox and his critics: reappraising a controversy. *Hispanic American Historical Review*, XLVI, n. 4, 1966.

logia, latim, direito canônico, arquitetura, práticas rituais) que os historiadores da era nacional são reticentes a adotar<sup>39</sup>. A análise política aberta, que incentiva o modelo da esfera pública, pode se revelar útil para explorar a diversidade e as hierarquias das culturas políticas barrocas.

### *¿Español o inglés?*

Palti, Guerra, Myers e outros pesquisadores estão verdadeiramente “transformando as aproximações acadêmicas à História intelectual e política da América Latina no século XIX”<sup>40</sup>. Mas não parece existir um diálogo forte entre os praticantes da História cultural nos Estados Unidos e os historiadores *de la esfera pública*: uma conversa que poderia apontar perguntas de pesquisa comuns ou um confronto aberto de paradigmas interpretativos. Seria limitante descartar a ênfase de Guerra e de outros pelo fato de as suas afiliações políticas serem diferentes das dos “estudiosos progressistas”<sup>41</sup>. Uma razão mais sólida frequentemente citada é a implicação teleológica da ênfase de Guerra em uma dicotomia tradição *versus* modernidade, embora este não seja o caso em todos os estudos mencionados anteriormente<sup>42</sup>. Acredito fundamentalmente que as reticências dos historiadores culturais anglofalantes em falar sobre a esfera pública derivam de diferentes visões sobre a causalidade dos fenômenos políticos e sociais. Com facilidade excessiva, os latino-americanistas dos Estados Unidos leem a “esfera pública” como um sinônimo do “Iluminismo” – apenas mais um nome para a mesma temática liberal. No final, Guerra escreveu uma história das elites que as disfarçava de *pueblo*, embora continuassem elites, enquanto Rojas e Aguilar privilegiam o republicanismo em detrimento da democracia e de outras formas de representação. Os riscos são claros: priorizar a tradicional centralidade dos partidos políticos nas narrativas tradici-

<sup>39</sup> Ver, por exemplo, TAYLOR, William B. *Magistrates of the sacred: Priests and Parishioners in Eighteenth-Century Mexico*. Stanford: Stanford University Press, 1996; JAFFARY, Nora E. *False Mystics: Deviant Orthodoxy in Colonial Mexico*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2004.

<sup>40</sup> PALTÍ, Recent Studies, *Op. cit.*

<sup>41</sup> O foco exclusivo nos “estudiosos progressistas” sem referências ao trabalho de Guerra pode se encontrar no trabalho de STERN, Steve. *Between tragedy and promise: the politics of writing Latin American History in the late nineteenth century*. In: JOSEPH, G. M. (ed.). *Reclaiming the Political in Latin America History: Essays from the North*. Durham: Duke University Press, 2001, p. 41. Os livros de Guerra não são mencionados nesse volume, e o seu influente *México del antiguo régimen a la revolución* ainda espera uma tradução inglesa. Não é fácil documentar a ausência de um diálogo, mas a ausência de trabalhos que unam os autores mencionados nestas páginas poderia ser uma evidência.

<sup>42</sup> PALTÍ, Recent studies, *Op. cit.*; GRANADOS, Luis Fernando. *Calpultin decimonónicos: Aspectos nahuas de la cultura política de la ciudad de México*. In: SACRISTÁN; PICCATO (eds.), *Op. cit.* Para uma crítica da teleologia dos modelos de esfera pública, ver GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick (eds.), *Los espacios públicos*, *Op. cit.*, p. 9. A crítica não se aplica à visão de Habermas sobre o racionalismo moderno e as suas implicações teleológicas. HABERMAS, *Theory of Communicative Action*, *Op. cit.*

onais, como propõe Palti, acrescenta nuances, mas pode sacrificar um instrumento de organização para vincular instituições e interesses socioeconômicos<sup>43</sup>.

De qualquer modo, mesmo tentando evitá-lo, o engajamento desses autores para com a esfera pública obriga-os a se aproximar de mediações sociais para além do mundo das ideias. Os resultados são ambíguos, pois o gênero, a classe e outros marcadores de diferença são tangenciais às prioridades de pesquisa<sup>44</sup>. Rojas, por exemplo, usa a “marginalidade” para explicar o caráter ambíguo de classe dos escritores de panfletos insurgentes no México. Os autores mal vestidos, que navegavam por entre os altos discursos ideológicos, e as audiências plebeias pertenciam a sociabilidades tradicionais caracterizadas pelo clientelismo, pela velha comunicação cara a cara das *pulquerías* e pela proximidade cotidiana do “vil populacho”; embora altamente educados, esses panfletistas zombavam das classes altas, definindo assim seu papel político em termos de ressentimento<sup>45</sup>. As histórias intelectuais da esfera pública *a la* Rojas são menos inclinadas a procurar agentes sociais, partidos políticos e práticas representativas – que na sua visão só foram lentamente adotadas na política mexicana –, e mais inclinadas a permanecer no mundo do público letrado e a sua capacidade de abrir um “espaço público para a escrita de um novo imaginário”<sup>46</sup>.

Não há nada de intrínseco no modelo de Habermas que o impeça de vincular questões atreladas à publicidade e à linguagem a questões relacionadas ao gênero, à classe e à etnia, e à capacidade dos mercados e das instituições de formar identidades. No fim das contas, a articulação de interesses privados em públicos fez parte do desenvolvimento histórico da esfera pública, tanto quanto a circulação de produtos cultu-

---

<sup>43</sup> Para análises das complexidades desses vínculos, ver GUARDINO, Peter. Barbarism or republican law? Guerrero's peasants and national politics, 1820-1846. *Hispanic American Historical Review*, LXXV, n. 2, 1995; DE LA FUENTE, Ariel. *Children of Facundo: Caudillo and Gaucho Insurgency during the Argentine State-Formation Process (La Rioja, 1853-1870)*. Durham: Duke University Press, 2000.

<sup>44</sup> Para críticas similares do modelo da esfera pública desde a perspectiva da história intelectual, ver BELL, David A. The ‘public sphere’, the state, and the world of law in eighteenth-century France. *French Historical Studies*, XVII, n. 4, 1992, p. 912-934; GORDON, Philosophy, sociology and gender, *Op. cit.*, p. 889. Aguilar critica o determinismo das “explicaciones que privilegian aspectos culturales”. AGUILAR, El republicanismo, *Op. cit.*, p. 3.

<sup>45</sup> ROJAS, *La escritura*, *Op. cit.*, p. 181, p. 70, p. 85. A marginalidade desses autores é discutível, considerando a enorme quantidade de publicações que produziram e a estatura canônica de ao menos um deles, José Joaquín Fernández de Lizardi. Para um exame útil do lugar central de Lizardi nas ideias mexicanas sobre a cidadania e a identidade, ver IRWIN, Robert McKee. *Mexican Masculinities*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

<sup>46</sup> ROJAS, *La escritura*, *Op. cit.*, p. 45, p. 33. Quem lia, e como o contexto social desses públicos criou diversas leituras, é uma questão enfrentada por outro crescente grupo de estudiosos. Ver CHARTIER, *Cultural Origins*, *Op. cit.*; MacCALMAN, Iain. *Radical Underworld: Prophets, Revolutionaries and Pornographers in London, 1795-1840*. London: Clarendon, 1992; WARNER, Michael. *The Letters of the Republic: Publication and the Public Sphere in Eighteenth-Century America*. Cambridge: Harvard University Press, 1990; MELTON, *The Rise*, *Op. cit.*; PICCATO, Pablo. *The Tyranny of Opinion: Honor in the Construction of the Mexican Public Sphere*. Durham: Duke University Press, 2010.

rais<sup>47</sup>. Podemos encontrar um exemplo da clivagem entre público e privado no interesse de McEvoy pela ética dos políticos e pelas visões de Palti e de outros autores da opinião pública jurídica como base para julgar as personalidades e as reputações. Estudos futuros sobre a noção da honra poderão fazer contribuições futuras nessa direção<sup>48</sup>. O que é interessante na questão de causalidade não é se os interesses privados eram ou não a base dos debates políticos, mas que condições históricas específicas (em sua maioria, noções de gênero) traduziam esses interesses em proposições racionais e nacionais.

A falta de um diálogo forte entre as historiografias políticas da América Latina em Espanhol e em Inglês talvez seja, pois, mais um efeito das decisões editoriais (pois as traduções são importantes) do que um sintoma de diferenças fundamentais. Várias áreas de estudo vivenciam o desenvolvimento de questões comuns de relevância aos historiadores culturais e aos interessados na esfera pública. Duas delas parecem particularmente dinâmicas: o legado colonial da esfera pública e a dimensão local, particularmente urbana, de seu surgimento.

Embora politizada e fortemente vinculada aos vocabulários europeus da era revolucionária, a esfera pública, que emergiu na América Espanhola por volta de 1808, estava estruturada por instituições e interesses coloniais. Eu já mencionei as possibilidades da religião como um tema de análise a partir dessa perspectiva. O “colonial” significa aqui diversas forças que transcendem ao corte dos vínculos coloniais: a noção de uma autonomia original de reinos e corporações americanos, as obrigações recíprocas entre o rei e os súditos, que se transformaram em soberania popular depois da abdicção, e a intensa vida política urbana, que só começou a ser registrada pela imprensa mais tarde no decorrer do século XVIII<sup>49</sup>. Essas percepções apresentam-se na síntese de Víctor Uribe: *The birth of the public sphere in Latin America during the age of revolution*.

<sup>47</sup> HABERMAS, *The Structural Transformation*, *Op. cit.* p. 18.

<sup>48</sup> PALTÍ, Recent studies, *Op. cit.*; PALTÍ, Las polémicas, *Op. cit.* No caso das disputas por causa da honra, eu discordaria da tese de que a reputação não seja mais uma das preocupações do público mexicano no final do século XIX: PICCATO, Pablo. *The Tyranny of Opinion*, *Op. cit.* Ver, também, sobre o Peru: CHAMBERS, Sarah C. *From Subjects to Citizens: Honor, Gender and Politics in Arequipa, Peru, 1780–1854*. University Park: Pennsylvania State University, 1999, p. 92. Em sua crítica ao trabalho de Maza e Habermas, Bell destaca a importância da imprensa financiada e dos tribunais como lugares de expressão do mesmo discurso crítico que um modelo habermasiano estrito só localizaria nos salões e nos jornais independentes. BELL, David A. *Op. cit.*, p. 919, p. 926, p. 928, p. 937.

<sup>49</sup> Fora os trabalhos de Guerra, ver LEMPÉRIÈRE, Annick. *Entre dieu et le roi, la république: Mexico, XVIe-XIXe siècle*. Paris: Belles Lettres, 2004; TWINAM, Ann. *Public Lives, Private Secrets: Gender, Honor, Sexuality, and Illegitimacy in Colonial Spanish America*. Stanford: Stanford University Press, 1999; TAYLOR, *Magistrates*, *Op. cit.*; PHELAN, John L. *The People and the King. The Comunero Revolution in Colombia*. Madison: University of Wisconsin Press, 1978; PALTÍ, Recent studies, *Op. cit.*; e ANNINO, Antonio. El Jano bifronte: Los pueblos y los orígenes del liberalismo en México. In: REINA, Leticia; SERVÍN, Elisa (eds.). *Crisis, Reforma y Revolución: México: Historias de Fin de Siglo*. México DF: Taurus; Conaculta-INAH, 2002, p. 209.

Se a esfera pública na América Latina sempre foi politizada, isso não significa que ela tenha aparecido na época da Independência. Em vez disso, Uribe, ecoando a William Taylor, propõe que aquela foi uma ‘Era da Revolução’ marcada não apenas por 1789, mas também pelas rebeliões e conspirações de Santo Domingo, do Brasil, do Alto Peru e da Colômbia. Ao contrário da Europa, o desenvolvimento estável dos mercados e dos Estados foi menos importante aqui do que o fermento sociopolítico consequente aos novos espaços soberanos e vínculos comerciais diversificados. *Ayuntamientos*, universidades e outros lados do debate estudioso, tais como as expedições científicas e as sociedades econômicas, estabeleceram as bases de uma classe cultural composta fundamentalmente de advogados e de *letrados*, que faziam papéis importantes nos bandos insurgentes e tradicionalistas da década de 1810<sup>50</sup> (ao menos no México, os padres também podem ser adicionados à lista). Além dessas elites, estudos recentes das revoluções andinas durante essa época descobriram o forte componente étnico do engajamento político revolucionário, do republicanismo e das democracias comunais<sup>51</sup>.

Outra ideia decisiva sobre as Histórias da esfera pública na América Latina foi o reconhecimento da necessidade de trazer de novo a política para uma escala urbana. Isso significa que as narrativas nacionais e regionais podem ser estudadas em relação à habilidade das elites das capitais (em seu papel de lideranças políticas e militares, mas também como “opinião pública”) de mobilizar outros agentes e incorporar suas demandas para a ‘revolução cultural’ do Republicanismo liberal. Em Buenos Aires, Cidade do México e Lima, as esferas públicas encontravam-se vinculadas a rotas de mercadorias e de informação, e à vida administrativa. Era comum discutir os conflitos nacionais nas cidades menores desde o princípio do período republicano, como ilustrado

---

<sup>50</sup> URAN, Víctor Uribe. The birth of a public sphere in Latin America during the Age of Revolution. *Comparative Studies in Society and History*, XLII, 2, 2000. Esse é o primeiro tratamento sistemático do modelo da esfera pública na América Latina publicado em inglês. Sobre a “era da revolução”, ver a introdução de Víctor U. Uran ao volume por ele editado: *State and Society in Spanish America during the Age of Revolution*. Wilmington: Scholarly Resources, 2001. Para uma argumentação fundamental nessa direção, ver TAYLOR, William B. Between global process and local knowledge: an inquiry into early Latin American social history, 1500–1900. In: ZUNZ, Olivier. (ed.). *Reliving the Past: The Worlds of Social History*. Chapel Hill: North Carolina University Press, 1985. Mas ver também VAN YOUNG, Eric. Conclusions. In: URAN (ed.), *Op. cit.*, p. 223, p. 236. Para uma busca similar, no século XVII, das raízes da esfera pública inglesa, ver PINCUS, Steve. “Coffee politicians does create”: coffeehouses and Restoration political culture. *Journal of Modern History*, LXVII, n. 4, 1995. Sobre o comércio e a politização, GOOTENBERG, Paul. *Imagining Development: Economic Ideas in Peru’s ‘Fictitious Prosperity’ of Guano, 1840–1880*. Berkeley: University of California Press, 1993.

<sup>51</sup>Ver THURNER, Mark. “Republicanos” and “La Comunidad de Peruanos”: unimagined political communities in Post-Andean Peru. *Journal of Latin American Studies*, XXVII, n. 2, 1995; THOMSON, Sinclair. *We Alone Will Rule: Native andean Politics in the Age of Insurgency*. Madison: University of Wisconsin Press, 2002; SERULNIKOV, Sergio. Disputed images of colonialism: Spanish rule and Indian subversion in Northern Potosi, 1777-1780. *Hispanic American Historical Review*, LXXVI, n. 2, 1996; e VAN YOUNG, *The Other Rebellion*, *Op. cit.*

pela difusão ampla de panfletos políticos e pela participação das multidões urbanas em disputas sobre a soberania nacional<sup>52</sup>.

Temos, em *The Lettered City* de Ángel Rama, uma narração paradigmática da evolução intelectual e espacial das cidades da América Latina. Para Rama, os *letrados* – escritores formados, frequentemente jornalistas ou advogados, mas também frequentemente burocratas e acadêmicos – beneficiaram-se durante o período colonial da separação entre a linguagem barroca do Estado e a liberdade verbal da cultura popular. A separação entre esses dois âmbitos tornou-se problemática, enquanto a educação e o crescimento das cidades (tanto em tamanho quanto na paisagem mental dos *letrados*) obrigou-os a entenderem a relação entre a linguagem e a classe. Em vez de procedente da oralidade sequencial (as tecnologias da escrita propostas por Palti e implícitas em outras narrativas da modernização), Rama propôs que o “mercado da escrita” dos *letrados* veio primeiramente da demanda dos políticos de discursos e de leis que de um mercado cultural dinâmico formado em torno dos jornais. Com a modernização das cidades no final do século XIX, a política de massa, a educação e as transformações urbanas expandiram a cidade letrada em uma escala que rompeu com a estrutura social e intelectual do desenho colonial urbano original, forçando os intelectuais a combinar a apropriação literária das linguagens populares com a energia da propaganda<sup>53</sup>. Assim, a despeito de seus próprios preconceitos, os *letrados* apoiaram a reforma educa-

---

<sup>52</sup> WARREN, Vagrants, *op. cit.*, p. 3, p. 19, p. 17; DEAS, Malcolm. *Del poder y la gramática: y otros ensayos sobre historia, política y literatura colombianas*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1993, p. 179, p. 187; GUZMÁN PÉREZ, Practiques de sociabilité, *Op. cit.* Ver o seminal HALPERÍN DONGUI, Tulio. *Revolución y Guerra. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. México: Siglo Veintiuno, 1979.

<sup>53</sup> Até o século XX, escreveu Rama, “the lettered city had itself been transformed... from a handful of elite *letrados* designing government policies in their own image, into a socially more heterogeneous group that retained a vision of itself as a cultural aristocracy but incorporated powerful democratizing cross-currents”. RAMA, *The Lettered City*, *Op. cit.*, p. 112, p. 142-143, p. 188-189, p. 102-103, p. 104, p. 113. Sobre a questão da transculturação, ver: Los procesos de transculturación en la narrativa latinoamericana [1974] In: RAMA, Ángel. *La novela en América Latina: Panoramas 1920-1980*. Montevideo: Fundación Ángel Rama Universidad Veracruzana, 1986. As ditaduras da década de 70, que levaram Rama ao exílio, foram um exemplo da manipulação da opinião pública possibilitada pela mídia de massa, mas também a fonte de uma nova criatividade literária, como em fases anteriores da cidade letrada da América Latina. La censura como consciencia artística [1979], In: RAMA, Ángel. *La riesgosa navegación del escritor exiliado*. Montevideo: Arca, 1993, p. 233-248. Embora não tenha encontrado nenhuma evidência de intercâmbios entre Habermas e Rama (o livro de Habermas foi publicado em espanhol em 1981, dois anos antes da morte de Rama no exílio), fica claro que as sínteses de ambos compartilhavam uma preocupação pelo futuro da democracia. Não existe nenhuma referência a Habermas no diário de Rama. Ele havia feito aula de alemão em 1974 para poder ler Walter Benjamin no original, então podemos imaginar uma eventual coincidência. Ver RAMA, Ángel; PEYROU, Rosario. *Diario, 1974-1983*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2001, p. 34.

cional e conseguiram, por meio do nacionalismo literário, criar uma “cidadania informada” e um “discurso sobre a definição, formação e valores coletivos da nação”<sup>54</sup>.

Os estudiosos – alguns explicitamente engajados com Habermas – têm aumentado o elenco de personagens da cidade, particularmente durante o século XX. Segundo Diane Davis, por exemplo, os arquitetos e administradores urbanos sabiam como a paisagem construída podia criar grandes audiências. Na Cidade do México, o comércio nas áreas centrais da cidade foi um fator-chave na evolução de projetos residenciais e na politização dos *chilangos* como consumidores urbanos<sup>55</sup>. Nas praças do centro semiótico da *ciudad letrada* (Cidade Letrada) de Rama, mas também em restaurantes, bares, *chicherías* (bares de bebidas de milho fermentado), *cantinas*, *pulperías* e teatros, as cidades abrigavam múltiplas formas de comunicação oral e manuscrita, que julgavam reputações privadas e, conseqüentemente, a capacidade de um cidadão para fazer parte da opinião pública. A família e as redes de clientes, a amizade e também a inimizade, operavam nessa escala urbana. A esfera pública nesses trabalhos não é apenas, mas também é um espaço físico<sup>56</sup>.

Viver na cidade era constitutivo dos interesses privados: os direitos de um habitante da cidade estavam codificados de forma que precediam e refletiam os direitos dos cidadãos da nação. Nesse aspecto, o componente “burguês” da esfera pública refere-se menos à identidade de classe do que à condição de *burgher*<sup>57</sup>. A *vecindad* (literalmente, a

<sup>54</sup> RAMA, *The Lettered City*, *Op. cit.*, p. 47, p. 66. Ver também ROMERO, José Luis. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976; SCOBIE, James R. *Buenos Aires, from Plaza to Suburb, 1879-1910*. New York: Oxford University Press, 1974. Sobre pensar a nação, LOMNITZ-ADLER, Claudio. *Deep Mexico, Silent Mexico: An Anthropology of Nationalism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001; ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier. *Inventando la nación: Iberoamérica siglo XIX*. México DF: FCE, 2003. Escrever também significa necessariamente uma forma para excluir a plebe através de critérios estéticos. Ver MONTALDO, Graciela. *Ficciones culturales y fábulas de identidad en América Latina*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 1999, p. 29.

<sup>55</sup> DAVIS, Diane E. El rumbo de La esfera pública: Influencias locales, nacionales e internacionales en la urbanización del centro de La ciudad de México, 1910-1950. SACRISTÁN; PICCATO (eds.), *Op. cit.* Ver, nesse mesmo volume, os capítulos de Georg Leidenberger e Luis Fernando Granados para outras explorações da dimensão urbana da esfera pública, e KURI, Ariel Rodríguez. Desabasto, hambre y respuesta política, 1915. In: ILLADES, Carlos; KURY, Ariel Rodríguez (eds.). *Instituciones y ciudad. Ocho estudios históricos sobre La ciudad de México* México DF: FP-SONES-Unios, 2000.

<sup>56</sup> Mah adverte sobre a ‘espacialização’ da esfera pública em “Fantasias”, *Op. cit.* Essa crítica é aplicável a GUERRA; LEMPÉRIÈRE (eds.), *Op. cit.*, mas os estudos mais recentes não parecem se ocupar muito com a dicotomia entre as ‘esferas’ espacial e conceitual.

<sup>57</sup> GUERRA; LEMPÉRIÈRE (eds.), *Op. cit.* Introducción, p. 7. Para uma crítica da burguesia francesa como modelo único, ver ELEY, Geoff. The British model and the German road: rethinking the course of German History before 1914. In: BLACKBOURN, David; ELEY, Geoff (eds.). *The Peculiarities of German History: Bourgeois Society and Politics in Nineteenth-Century Germany*. Oxford: Oxford University Press, 1984, p. 52, p. 75-76, p. 79; BLACKBOURN, David. The German Bourgeoisie: an introduction. In: BLACKBOURN, David; EVANS, Richard D. (eds.). *The German Bourgeoisie. Essays on the Social History of the German Middle Class from the Late Eighteenth to the Early Twentieth Century*. London; New York, 1992, p. 2. Ver mais discussões em PICCATO, Introducción, *Op. cit.* Para a ambigüidade entre

residência estável em um *pueblo* ou em uma cidade) revelava-se central na articulação colonial dos direitos políticos e nas sociedades pós-Independência, onde as classificações étnicas já não tinham força legal. A *vecindad* não apenas se referia aos residentes, mas integrava também migrantes ao considerar que a honra era um bem pessoal ganhado por meio de ações e do julgamento da opinião pública. De modo pouco surpreendente, quando a soberania reverteu-se para os *pueblos* em 1808, as instituições locais e os espaços físicos tornaram-se chave para a cidadania: os *vecinos* precisavam ter uma “forma de vida honrada”, um requerimento das constituições mexicanas que permitia aos notáveis locais adjudicarem o direito de voto<sup>58</sup>.

A cidadania continuava sendo problemática depois das constituições, e nos últimos 15 anos têm sido um dos temas centrais da historiografia latino-americana. Animados por novas evidências sobre a *vecindad* e pela transição à democracia, vários autores exploraram as contradições dos regimes pós-coloniais, onde os direitos políticos eram, em tese, universais, mas o acesso à influência política continuava restrito<sup>59</sup>. Enquanto o seu conhecimento do século XIX continua a crescer, os pesquisadores têm enfrentado mecanismos de representação e exclusão, além das eleições para explicar o sucesso ou o fracasso dos regimes. O clientelismo foi o argumento tradicional para mostrar que a democracia na América Latina não era tão democrática assim, e que pouco podia se ganhar com a leitura das constituições. Mas, enquanto a pesquisa continuava desfazendo as imagens das sociedades duais e hierárquicas, os estudos da política eleitoral estabeleciam as interações localmente determinadas entre as formas “tradicionais” da ação política e as formas “modernas” da urna de votos<sup>60</sup>. De qualquer

---

‘burguês e ‘civil’ em alemão, ver COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992, p. viii.

<sup>58</sup> HERZOG, Tamar. *Defining Nations: Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America*. New Haven: Yale University Press, 2003, p. 2, p. 6; ANNINO, El Jano bifronte, *Op. cit.*; ANNINO, Antonio. Cádiz y La revolución territorial de los pueblos mexicanos 1812-1821. In: ANNINO, Antonio (ed.). *Historia de las elecciones en Iberoamérica, siglo XIX: De la formación del espacio político nacional*. Buenos Aires: FCE, 1995; e ROJAS, *La escritura, Op. cit.*, p. 46. Para exemplos da continuidade e importância das soberanias e comunidades no México, ver LIRA, Andrés. *Comunidades indígenas frente a la ciudad de México: Tenochtitlan y Tlatelolco, sus pueblos y barrios, 1812–1919*. México DF: El Colegio de México, 1995; GRANADOS, Calpultin decimonónicos, *Op. cit.*

<sup>59</sup> Ver, por exemplo, GUARDINO, Peter F. *Peasants, Politics, and the Formation of Mexico's National State: Guerrero, 1800-1857*. Stanford: Stanford University Press, 1996; WALKER, Charles. *Smoldering Ashes: Cuzco and the Creation of Republican Peru, 1780-1840*. Durham: Duke University Press, 1999; SÁBATO, Hilda (ed.), *Ciudadanía política, Op. cit.* Para uma perspectiva contemporânea da esfera pública como um indicador qualitativo da democracia, ver OXHORN, Phillip. When democracy isn't all that democratic: social exclusion and the limits of the public sphere in Latin America. In: *The North-South Agenda*. Miami: North-South Center, University of Miami, 2001.

<sup>60</sup> Ver ANNINO (ed.), *Historia de las elecciones, Op. cit.* SÁBATO; LETTIERI (eds.), *La vida política, Op. cit.* Para uma revisão da literatura que aponta para “uma visão mais ampla de múltiplas camadas da cidadania política”, ver SÁBATO, Hilda. On political citizenship in nineteenth century Latin America. *American Historical Review*, CVI, n. 4, 2001. Para uma crítica desde a perspectiva latino-americana da

modo, as eleições só podiam oferecer informações limitadas, pois a evidência sugeria que a maior parte da ação acontecia ao redor, antes e depois da própria votação.

Não é surpreendente, então, que os mesmos historiadores que trabalhavam sobre as eleições tenham dirigido a atenção para a sociedade civil como um foco de atenção mais amplo. Na introdução de um volume sugestivamente intitulado *La vida política en la Argentina del siglo XIX: armas, votos y voces*, Hilda Sábato refere-se à “explosão temática” que Guerra e outros historiadores políticos trouxeram. Sábato cita o desafio deles tendo o Estado e a nação como pontos de partida naturais para o estudo da política e o exame, mais atencioso, das “relações entre a sociedade civil e o sistema político”<sup>61</sup>. Em *The Many and the Few*, a chave para tais relações e o fator mais importante para explicar os resultados eleitorais são as associações civis. Baseando-se em uma contextualização extremamente detalhada do papel eleitoral das associações nas práticas eleitorais da Buenos Aires do século XIX, Sábato vê a esfera pública como uma representação direta de agentes sociais específicos. Mas a representação não é unidirecional: as instituições e a identidade política dos agentes coletivos podem mudar como resultado das discussões na esfera pública e, por sua vez, podem se fragmentar em várias esferas públicas, embora a sociedade política (as eleições e o Estado) continue sendo a força propulsora por trás do surgimento da sociedade civil. Sendo assim, embora Sábato fosse uma das primeiras estudiosas a incorporar a esfera pública nas pesquisas da América Latina, caracterizava agora, precavidamente, a categoria como “controvertida”, conectada demais à burguesia europeia e, na América Latina, ao período de construção nacional da segunda metade do século XIX<sup>62</sup>.

A sociedade civil e o Estado são a referência inevitável e a racionalidade definitiva da esfera pública? Habermas e outros autores já destacaram a “prática comunicativa”, a construção dialógica de significados e vozes, como uma maneira de cobrir a distância conceitual entre a sociedade civil, o mercado e a política. Examinar a esfera

---

falta de interesse de Habermas pelas práticas representativas, ver GUERRA; LEMPÉRIÈRE (eds.), *Op. cit.*, Introducción, p. 9-10. Sobre o clientelismo, ver GRAHAM, Richard. *Patronage and Politics in Nineteenth Century Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1990; BANTJES, Adrian A. *As if Jesus walked on Earth: Cardenismo, Sonora, and the Mexican Revolution*. Wilmington: SR Books, 1998.

<sup>61</sup> SÁBATO, Hilda. Introducción: La vida política argentina: miradas históricas sobre el siglo XIX. In: SÁBATO; LETTIERI (eds.), *La vida política, Op. cit.*, p. 10-11.

<sup>62</sup> SÁBATO, Hilda. *The Many and the Few: Political Participation in Republican Buenos Aires*. Stanford: Stanford University Press, 2001, p. 9 e ss. (Publicado primeiramente em espanhol como *La política en las calles: entre el voto y la movilización Buenos Aires, 1862-1880*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998). Para o contexto historiográfico desse trabalho, ver PALTÍ, Recent studies, *Op. cit.* Para uma formulação anterior, ver SÁBATO, Hilda. *Citizenship, political participation and the formation of the public sphere in Buenos Aires 1850s-1880s'. Past and Present*, CXXXVI, 1992. Uma esfera pública dividida, variante frequente na América Latina do modelo de Habermas, como veremos abaixo, é o modelo proposto por NEGTE, Oskar; KLUGE, Alexander. *Public Sphere and Experience: Toward an Analysis of the Bourgeois and Proletarian Public Sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

pública transforma-se, nesse sentido, em uma operação central na História da sociedade civil, em particular quando tentamos entender a transição do totalitarismo para a democracia e para a política dominada pelas mídias de massa próprias das sociedades ocidentais contemporâneas<sup>63</sup>. O uso, por parte de Sábato, do termo “sociedade civil” como o espaço das associações voluntárias e autônomas do Estado dá prioridade às identidades socioeconômicas pré-existentes. Mas as identidades são históricas e, em consequência, instáveis. As associações cívicas posteriores à independência são definidas de muitas maneiras: etnicamente, ideologicamente, espacialmente, por ofício, etc. A identidade de classe não foi apenas uma condição para a vida associativa, mas também um ponto de intersecção entre as relações laborais, individuais e os interesses “íntimos”, e o Estado como regulador do trabalho; assim, simultaneamente referido aos níveis de identificação: doméstica, local, regional e nacional. Um exame da sociedade civil baseado na esfera pública, em outras palavras, evita noções simplistas sobre a autonomia do político ou da subordinação da cultura às relações sociais, enquadrando uma interpretação histórica dos interesses econômicos em sua transformação em debates e mobilizações políticos<sup>64</sup>.

Um exemplo das potenciais recompensas desse percurso é a História da democracia na América Latina. Baseada em uma extensa base de dados de associações cívicas e de mídia impressa no México e no Peru, Forment coloca a sociedade civil, juntamente com as sociedades políticas, econômicas e sociais, como um dos “terrenos públicos” nos quais floresceu a democracia da América Latina durante o século XIX. Na opinião de Forment, a esfera pública possibilita a comunicação entre os outros espaços da democracia; se, por exemplo, a sociedade civil vai ter algum tipo de impacto sobre os processos de tomadas de decisão econômica, só pode ser por intermédio da esfera pública. Dividindo o terreno da esfera pública nos subcampos “Letrada”, “Oral”

---

<sup>63</sup> HABERMAS, Further Reflections, *Op. cit.*, p. 452-455; COHEN; ARATO, *Civil Society and Political Theory*, *Op. cit.* Habermas usa aqui o termo “visão do mundo” em vez de “cultura” para se referir ao horizonte de significado que torna possível a ação comunicativa. Ver HABERMAS, *Theory of Communicative Action*, *Op. cit.*, p. 43, p. 70, e *The Philosophical Discourse*, *Op. cit.*, p. 37-43.

<sup>64</sup> Ver uma proposta de análise da classe em termos similares em LOMNITZ, Claudio. *Exits from the Labyrinth: culture and Ideology in the Mexican National Space*. Berkeley: University of California Press, 1992. Sobre as coincidências entre esse programa e um estudo gramsciano da ideologia e as “posições de sujeito”, ver a seção seguinte deste artigo. Para uma reflexão sobre cultura, identidade étnica, problemas econômicos e moralidade como “lugares” da discussão política, ver VAN YOUNG, *The Other Rebellion*, *Op. cit.*, p. 16-17, p. 90. Questões sobre comportamento econômico e político emergiram como um dos centros de debate sobre a nova história cultural no México em: DEAN-SMITH, Susan; JOSEPH, Gilbert M. (eds.). *History new cultural. Hispanic American Historical Review*, LXXXIX, 2, May, 1999. Ver uma análise útil dos debates sobre a sociedade civil em SOMERS, Margaret R. *Narrating and naturalizing civil society and citizenship theory: the place of political culture and the public sphere. Sociological Theory*, XIII, n. 3, 1995.

e “Visual”<sup>65</sup>, Forment constrói uma história contraintuitiva da democracia, que mistura uma narrativa de longa duração toquevilliana com uma primorosa atenção às “práticas sociomorais”. Segundo Forment, a conexão temática chave entre essas duas dimensões é entre a paixão, o catolicismo e a sociedade civil. A hipótese poderá ser mais forte se for baseada em uma leitura atenciosa, que outros autores com certeza tentarão fazer, dos debates autorreferenciais e estreitamente “políticos”, que ocuparam grande parte da esfera pública em tais países. Depois de tudo, Forment pretende provocar os historiadores intelectuais e políticos e as narrativas baseadas na elite e nas eleições, até o ponto de considerar a política e as eleições municipais de escassa importância. Esse modo de ignorar as narrativas estabelecidas da política (também presente em *La invención de una legitimidad* de Palti) pode se justificar pela comparativa amplitude de Forment (México e Peru em uma primeira instância, e à continuação Argentina e Cuba). A magnitude da amostra, os estritos termos da taxonomia e a posição provocadora dele quanto às verdades advindas da História Política, obrigam Forment a postular, como Sábato, a existência de esferas públicas fragmentadas<sup>66</sup>.

A fragmentação é um argumento frequente contra a esfera pública, que Habermas postulou, acima de tudo, como unitária. A noção de fragmentação é invocada a partir de tantas formas diferentes (da pulverização geográfica à diversidade de discursos), que merece um teste sério como limite aparente das novas pesquisas<sup>67</sup>. Embora assediadas pela política, a geografia e a classe, as esferas públicas da América Latina continuaram sendo pensadas como unitárias e coincidentes com a nação, e quem se encontrava na esfera pública sentia-se no direito de usar linguagens racionais como parte de uma luta universal pela coerência e pela clareza. Estudos recentes sobre as práticas locais revelam aspectos comuns por trás das unidades políticas fragmentadas que emergiram após a quebra do Império – tais como a *vecindad* –, sugerindo que o grande desenho ideológico da política “nacional”, as identidades solidamente tecidas e

---

<sup>65</sup> FORMENT, *Democracy in Latin America*, *Op. cit.*, p. 18, 18n, p. 22. Isso é similar à visão de Sábato sobre o papel da esfera pública entre o estado e a sociedade civil, e se separa só em termos de ênfase da teoria baseada na esfera pública postulada por COHEN; ARATO, *Civil Society and Political Theory*, *Op. cit.* Ver DEAN-SMITH; JOSEPH, Gilbert M. (eds.), *History new cultural*, *Op. cit.*

<sup>66</sup> FORMENT, *Democracy in Latin America*, *Op. cit.*, p. xiv. Forment não incorpora, em sua análise, a Igreja e algumas associações religiosas. Ver, por exemplo, PUTNAM, Robert D. *Bowling Alone: the Collapse and revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000. Os *Ayuntamientos*, segundo Forment, estavam ‘moribundos’ antes da independência, apesar das evidências empregadas por outros autores e do espetacular interesse neles na imprensa do século dezenove. FORMENT, *Democracy in Latin America*, *Op. cit.*, p. 46, p. 441, p. 21. Ver também *ibidem*, p. 24-25 (sobre as pequenas histórias e as grandes narrativas e a esfera pública fragmentada); p. 121 (sobre a moralidade fragmentada da sociedade econômica); p. 338 (sobre o Catolicismo cívico).

<sup>67</sup> Ver, por exemplo, SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.

os interesses estreitos da política “local” combinavam-se de maneiras criativas<sup>68</sup>. Sarah Chambers, por exemplo, examina as conexões entre a política urbana e nacional por meio de “debates políticos, que, muitas vezes, eram mais agressivos” do que o idealizado encontro de sujeitos do modelo iluminista. Esses debates aconteceram em espaços sociais diversos (dos salões da classe alta aos salões da plebe), que, mesmo assim, vinculavam a imprensa e a oralidade e constituíram o ponto de referência das mobilizações políticas e dos rituais públicos<sup>69</sup>. Claudio Lomnitz mostra como a fragmentação regional e de classe no México fez com que o desenvolvimento de uma esfera pública nacional fosse um desafio difícil, facilmente sabotado pelos intelectuais que afirmavam falar em nome da vontade popular. A sua resposta metodológica – um trabalho histórico-etnográfico sobre regiões, que depois cruza com os campos culturais e com as suas complexas relações com “o centro” – responde às implicações culturais e políticas da segmentação espacial mexicana<sup>70</sup>.

### Esfera pública ou hegemonia?

Forment e Chambers sugerem que pensar na esfera pública poderia detonar um diálogo entre os trabalhos discutidos acima e os historiadores da América Latina, que, partindo de um interesse gramsciano pela sociedade civil e pela hegemonia, também têm testado a relação entre a cultura e a política. Os trabalhos de historiadores como Mary Kay Vaughan e Florencia Mallon, por exemplo, questionam a cidadania e dão uma grande atenção à linguagem política. O trabalho de Vaughan sobre a educação no México coincide com as análises baseadas na esfera pública ao enfatizar a maior capacidade de inclusão da cultura política mexicana depois da Independência, e na relevância das interações estabelecidas por meio de uma nova linguagem política entre os agentes locais e nacionais. O estudo de Mallon sobre a intervenção dos agentes populares nos conflitos “sobre o poder e o significado” também enfatizam os diálogos que

---

<sup>68</sup> Bons exemplos desse tipo de pesquisa são GUARDINO, *Peasants, Politics, Op. cit.*; THOMSON, Guy P. C.; LAFRANCE, David G. *Patriotism, Politics, and Popular Liberalism in Nineteenth-Century Mexico: Juan Francisco Lucas and the Puebla Sierra*. Wilmington: Scholarly Resources, 1999. Ver também GUERRA; LEMPÉRIÈRE (eds.), *Los espacios públicos, Op. cit.*, Introducción, p. 13, p. 14; PURNELL, Jennie. *Popular Movements and State Formation in Revolutionary Mexico: The Agraristas and Cristeros of Michoacán*. Durham: Duke University Press, 1999. Para estudos locais da Modernidade e o surgimento da esfera pública, ver GUERRA; LEMPÉRIÈRE (eds.), *Los espacios públicos, Op. cit.*

<sup>69</sup> CHAMBERS, *From Subjects to Citizens, Op. cit.* p. 10-11, p. 244; TAYLOR, *Between global process, Op. cit.*

<sup>70</sup> Lomnitz examina os rituais políticos, tais como as campanhas presidenciais, que têm aparência contrária às discussões livres, mas superam as exclusões e a fragmentação: LOMNITZ-ADLER, *Deep Mexico, Silent Mexico, Op. cit.*, cap. 7, p. 150. Ver também LOMNITZ, *Exits from the Labyrinth, Op. cit.* Os rituais recebem uma análise atenta em BEEZLEY, William H.; MARTIN, Cheryl English; FRENCH, William E. (eds.). *Rituals of Rule, Rituals of Resistance*. Wilmington: Scholarly Resources, 1994.

conformam, no nacional, as “meta-narrativas da História Política”<sup>71</sup>. Esses diálogos também estabelecem a posição dos agentes para além das relações meramente econômicas. A linguagem é historicamente relevante, porque as relações entre os interlocutores são potencialmente transformáveis, ao menos quando existe um intercâmbio aberto entre as relações sociais e políticas. Nessa perspectiva, o limite das possibilidades de diálogo (o espelho inverso da fragmentação) é o poder. Uma separação abrangente dos agentes políticos divididos em dominantes e em subordinados faz com que o poder seja a última fonte de significados. Isso traz um vazio entre o Estado e a sociedade civil que os agentes só podem preencher com negociações pragmáticas por meio de mediadores ou de discursos contra-hegemônicos heroicos<sup>72</sup>.

Encarar esses autores desde a perspectiva da História da esfera pública implica requerer, em primeiro lugar, uma reconsideração crítica da subalternidade. Mallon, Vaughan e outros historiadores culturais foram acusados de abraçar um leque eclético de posições teóricas. Mas olhar para um referente comum, o dos estudos subalternos na Índia, oferece sugestões que vão além dessas acusações. O projeto inicial do grupo incluía uma crítica do elitismo na historiografia indiana e um esforço por repensar o nacionalismo. Se, como achava Ranajit Guha, a burguesia indiana não conseguia falar em nome do povo, a política autônoma “do povo” (nessa altura sinônimo das “classes subalternas”) trazia à tona a necessidade de entender de modo crítico a interação entre sociedade civil e Estado na política pós-independência<sup>73</sup>. Mas o recente direcionamen-

<sup>71</sup> “Struggles over citizenship and liberty, attempts to expand and make real the universal promises of nationalism and democracy. . . . When subalterns engaged in conflict over power and meaning, they helped define the contours of what was possible in the making of nation-states”. MALLON, Florencia. *Peasant and Nation: The Making of Postcolonial Mexico and Peru*. Princeton: Princeton University Press, 1995, p. 9. Ver também VAUGHAN, Mary Kay. *Cultural Politics in Revolution: Teachers, Peasants, and Schools in Mexico, 1930-1940*. Tucson: University of Arizona Press, 1997.

<sup>72</sup> “Mediadores culturais” como os professores podem se revelar especialmente importantes em sua habilidade de produzir e de traduzir discursos políticos. Ver BOYER, Christopher R. *Becoming Campesinos: Politics, Identity, and Agrarian Struggle in Postrevolutionary Michoacán, 1920-1935*. Stanford: Stanford University Press, 2003, p. 28; RUBIN, Jeffrey. *Decentering the Regime: Ethnicity, Radicalism, and Democracy in Juchitán, Mexico*. Durham: Duke University Press, 1997. Para uma revisão das questões que enfrentam os historiadores culturais, ver STERN, Between Tragedy, *Op. cit.*, p. 41; SOMERS, Narrating and naturalizing, *Op. cit.*; e JOSEPH, Gilbert M.; NUGENT, Daniel (eds.). *Everyday Forms of State Formation: Revolution and the Negotiation of Rule in Modern Mexico*. Durham: Duke University Press, 1994.

<sup>73</sup> GUHA, Ranajit. On some aspects of the historiography of colonial India. In: CHATURVEDI, Vinayak (ed.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2000, p. 1, p. 3, p. 5, p. 7. Ver também CHATTERJEE, Partha. The nation and its peasants. In: *ibidem*, p. 9-11; GUHA, Ranajit. *A Subaltern Studies Reader, 1986-1995*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, p. xiv-xv, p. xvii, p. xix; MALLON, *Peasant and Nation, Op. cit.*, p. 3. Para críticas a *Hegemonia* e a *subordinação*, ver KNIGHT, Alan. Subalterns, signifiers, and statistics: perspectives on Mexican historiography. *Latin America Research Review*, XXXVII, n. 2, 2002; FORMENT, *Democracy in Latin America, Op. cit.*, p. 438-9; HABER, Stephen. Anything goes: Mexico’s “new” cultural history. *Hispanic American Historical Review*, LXXIX, n. 2, 1999; e LOMNITZ, Claudio. Barbarians at the gate? A few remarks on the politics of the “new cultural history of Mexico”. *Hispanic American Historical Review*, LXXIX, n. 2, 1999.

to do grupo a um estudo foucaultiano do discurso dificultou a tarefa de documentar a noção de uma verdadeira autonomia da política popular e levou a crítica inicial do elitismo pelas trilhas do confronto com o pensamento Iluminista e pós-Iluminista<sup>74</sup>. Para Dipesh Chakrabarty, a fragmentação dos “espaços de soberania” contradiz a hipótese da unidade (nacional ou cultural). Ironicamente, o incomensurável das linguagens políticas implícitas nessa ideia não funciona quando, como outros intelectuais progressistas, Chakrabarty e outros enfatizam o caráter dialógico do seu projeto intelectual, que tem intenções simultâneas de dar voz aos subalternos, de ensiná-los a serem democráticos e de apreender a política deles<sup>75</sup>. Como destacam vários críticos, o projeto político em constante transformação e o significado nebuloso do “Iluminismo” pedem um engajamento mais explícito em estudos sobre a constituição dos povos, das nações e da cidadania: uma série de questões que coincide, quase de modo pontual, com as prioridades dos historiadores da esfera pública na América Latina<sup>76</sup>.

Como categoria central dos estudos subalternos e recentes estudos culturais da América Latina, a hegemonia tem sido um caminho para historiadores colocarem essas questões de maneira conjunta, pois esta encara simultaneamente o caráter discursivo do ‘processo contínuo’ de produzir significado que é a política e a desigualdade de poder e relações antagônicas entre os subordinados e os dominantes. É um balanço delicado: as identidades de classe não são fixas, mas sim relacionais, e não necessariamente ancoradas em relações de produção; o papel da coerção continua sendo uma referência necessária, embora a linha entre ela e o consenso seja sempre tênue<sup>77</sup>. No “espaço nacional” mexicano, por exemplo, Lomnitz refere-se à hegemonia como algo que não é necessariamente exercido por uma classe específica, mas que só existe em espaços culturais estruturados pela dominação de classe. Esses espaços, que começam no nível local, mas cujo nível mais alto é sempre nacional, definem-se por significados comuns estabelecidos pelo poder de classe, embora seja uma classe experimentada e estudada, por meio das imbricadas referências da circulação de produtos culturais, do espaço, do trabalho, da família e das ideologias locais e nacionais<sup>78</sup>. A influente formu-

---

<sup>74</sup> Ver SARKAR, Sumit. Orientalism revisited: Saidian frameworks in the writing of modern Indian history. In: CHATURVEDI (ed.), *Mapping Subaltern Studies, Op. cit.*, p. 240-241, p. 244. A virada para o texto tem sido assinalada em MALLON, Florencia. The promise and dilemma of subaltern studies: perspectives from Latin American history. *American Historical Review*, XCIX, n. 5, 1994, p. 1513.

<sup>75</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. Radical Histories and questions of Enlightenment rationalism: some critiques of subaltern studies. In: CHATURVEDI (ed.), *Mapping Subaltern Studies, Op. cit.*, p. 10; MALLON, The promise and dilemma, *Op. cit.*, p. 1497.

<sup>76</sup> CHATTERJEE, The nation and its peasants, *Op. cit.*, p. 13; ARNOLD, David. Gramsci and peasant subalternity in India. In: CHATURVEDI (ed.), *Mapping Subaltern Studies, Op. cit.*, p. 41-42.

<sup>77</sup> Ver MOUFFE; LACLAU, *Hegemonía y estrategia, Op. cit.*, p. 125, p. 33, p. 44-45, p. 88.

<sup>78</sup> LOMNITZ-ADLER, Claudio. *Las salidas del laberinto: Cultura e ideología en el espacio nacional mexicano*. México DF: J. Moritz; Planeta, 1995, p. 43-44.

lação de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau sobre a hegemonia critica as identidades de classe essencializadas e incorpora um interesse foucaultiano na dispersão de “formas discursivas”. Embora mantenha a centralidade do poder, (ou o estabelecimento de classe) na produção de significado, trocando a chave para a interpretação dos debates encenados na esfera pública, que vai além dela, para as relações sociais que não podem ser examinadas como discurso<sup>79</sup>. Partindo de uma perspectiva teoricamente ancorada na noção de hegemonia e em uma visão gramsciana da linguagem e do poder, Habermas caracteriza-se por suas suposições “idealistas” em relação à possibilidade de comunicação sem coerção, fato que o faz incapaz de examinar as relações de poder<sup>80</sup>.

Como essa alternativa entre a imposição e o diálogo como objetos de análise pode se traduzir em prática historiográfica? Em estudos como os de Vaughan, a ênfase está na negociação, especialmente em relação à educação como eixo central da política mexicana. Mesmo que os agentes falem em diferentes linguagens políticas (a construção tradicional e democrática do consenso nos níveis locais ou a cidadania racional e universalizante) eles podem encontrar maneiras de serem traduzidas e engajadas em empreendimentos comuns. O estudo de Mallon sobre a resistência patriótica no século XIX é um desses exemplos: indígenas e liberais da cidade encontraram um tema comum que servia a ambos na luta contra a intervenção francesa. A “negociação” é útil como ferramenta descritiva, mas não toca na questão da linha tênue entre o consentimento e a coerção. A análise de Mallon revela os diferentes significados da doutrina liberal, não apenas entre a liderança nacional e os camponeses, mas também entre regiões caracterizadas por diferentes tipos de liderança de *caudillo*. As lutas integrativas pela terra coexistiram com o legalismo excludente em um diálogo difícil. O trabalho de Mallon, e aquele de outros historiadores culturais, está mais preocupado em estabelecer as condições e os contextos materiais para os diálogos do que o de outros historiadores (intelectuais) da esfera pública. Mesmo assim, o resultado parece ser, ao menos no *Peasant and Nation* de Mallon, um retorno ao *diálogo de surdos*, em que o *indigenismo* de Estado liberal transforma-se em uma caricatura do passado que celebra, e em que os índios contemporâneos só querem ser deixados em paz – deixando o leitor, que acabou de ler os trabalhos de Palti ou Forment, em dúvida sobre como explicar a coerência e a permanência do republicanismo posterior à independência no século XX, e as regras e os espaços que possibilitaram um diálogo contínuo<sup>81</sup>. As referências às “atas ocultas”

---

<sup>79</sup> MOUFFE; LACLAU, *Hegemonía y estrategia*, Op. cit., p. 151.

<sup>80</sup> IVES, Peter. *Gramsci's Politics of Language: engaging the Bakhtin Circle and the Frankfurt School*. Toronto: University of Toronto Press, 2004. Ives, entretanto, não faz referência nenhuma a *Structural Transformation* em sua discussão de Habermas.

<sup>81</sup> MALLON, *Peasant and Nation*, Op. cit., p. 24-25.

por trás dessas negociações parecem duvidar da sinceridade das falas dos agentes subalternos perante o Estado. Em vez de um diálogo aberto, que eventualmente dê forma a regimes e a identidades políticas, a ênfase na negociação reduz os intercâmbios políticos a algo parecido com as barganhas entre turistas e vendedores de mercado: cheios de melodrama e falsa cortesia, mas em último caso guiados pelos resultados e determinados pela desigualdade de poder<sup>82</sup>. O problema é que essa conclusão nega a historicidade da linguagem (não importa se ele muda, porque se refere ao mesmo poder que nunca muda) e a sua capacidade para transformar as relações sociais, examinada pelo próprio Gramsci.

O papel central da violência na construção das unidades políticas latino-americanas é um campo de estudos que promete abrir novas perspectivas na História da esfera pública na América Latina e possivelmente para além dela também. Mesmo duvidando da sinceridade do patriotismo, Mallon e Vaughan veem as intervenções e as revoluções como momentos decisivos na integração dos camponeses no México, seja pelo nacionalismo ou pelo discurso socialmente inclusivo do regime pós-revolucionário. Mas a lógica militar desses conflitos armados não foi incluída nas análises culturais da política, em parte porque as análises detalhadas da guerra na América Latina têm sido construídas desde uma ótica nacionalista. O resultado é que a violência aparece, na maioria dos casos, como uma série de momentos catárticos e irracionais na política nacional ou, no melhor dos casos, como o marco para as mobilizações clientelistas.

De qualquer forma eu proporia que o conflito civil e militar não se encontra fora do alcance das histórias da esfera pública. Na História da esfera pública latino-americana, as preocupações sobre a honra, a virtude e as fofocas não excluía, mas de fato esperavam que a violência fosse uma saída potencial de todos os intercâmbios. Falas podiam ser antagônicas, como no caso da opinião pública judicial identificada por Palti, e frequentemente traziam desafios armados contra os regimes políticos ou os indivíduos. Os confrontos armados não eram necessariamente, como na visão de Sábato, formas não “racionais e ‘civilizadas’ de expressar a opinião”: a violência era forma-

---

<sup>82</sup> Ver a definição de Peter Guardino da hegemonia como conjuntos de regras do jogo que os camponeses devem adotar se quiserem resultados, mas que não tem nenhuma influência no que eles pensam: GUARDINO, “El carácter tumultuoso de esta gente”: Los tumultos y la legitimidad en los pueblos oaxaqueños, 1768-1853. In: CONNAUGHTON, Brian (ed.). *Poder y legitimidad en México, Siglo XIX: Instituciones y cultura política*. México DF: UAM-Miguel Angel Porrúa, 2003, p. 183. Uma perspectiva mais crítica em GUARDINO, Peter F. *The Time of Liberty: Popular Political Culture in Oaxaca, 1750-1850*. Durham: Duke University Press, 2005. Comparar Michel Foucault (*Microfísica do poder*) e Habermas (*O Discurso Filosófico da Modernidade*). Para a contraposição entre Habermas e Foucault, ver FORMENT, Carlos. La sociedad civil en el Perú del siglo XIX: democrática o disciplinaria. In: SÁBATO (ed.), *Ciudadanía política y formación de las naciones, Op. cit.*; CHATURVEDI, *Mapping Subaltern Studies, Op. cit.*, p. xi; e SARKAR, *Orientalism revisited, Op. cit.*, p. 241, para uma crítica do uso ‘subalternista’ do saber-poder foucaultiano.

lizada em maneiras que permitiam a sua continuidade como um diálogo. A prática dos duelos é só mais um exemplo da civilização da violência entre as classes altas, mas existem outros campos de batalha onde a função expressiva da violência fazia parte de intercâmbios discursivos públicos, desde as polêmicas sobre os méritos pessoais dos veteranos até os debates históricos sobre os episódios militares do passado. Os códigos de honra não se limitavam à regulação dos duelos: no final do século XIX, eles forneceram uma linguagem comum para as elites políticas ganharem legitimidade como representantes da opinião pública. Um exame mais atencioso dessa linguagem promete trazer uma melhor compreensão da exclusão das mulheres da política: não simplesmente uma condição “natural” da vida pública, mas uma exclusão mantida pelas transformações históricas da masculinidade<sup>83</sup>. Os *pronunciamentos* (chamados militares às armas emitidos nos quartéis) militares formalistas no México do século XIX geralmente não traziam episódios de luta real. A premissa dialógica era que, mesmo que o combate pudesse ser desigual, o heroísmo produziria iguais em todas as partes, como o General Pedro María Anaya falou ao comandante dos Estados Unidos que acabava de vencê-lo em Churubusco, em 1847: “Se eu tivesse munição, você não estaria aqui”<sup>84</sup>.

Uma análise de gênero do *caudillismo* sem dúvida traria nova luz sobre a Constituição de novos regimes e provavelmente ajudaria a historicizar as novas noções naturais do poder masculino. O recente interesse acadêmico nas masculinidades da América Latina, por exemplo, explora o uso dos corpos masculinos e da divisão entre o público e o privado como um mecanismo-chave para garantir a dominação de gênero do

---

<sup>83</sup> Ver PARKER, David S. Law, honor, and impunity in Spanish America: the debate over dueling, 1870-1920. *Law and History Review*, XIX, n. 2, 2001; GAYOL, Sandra. “Honor Moderno”: the significance of honor in *fin-de-siècle* Argentina. *Hispanic American Historical Review*, LXXXIV, n. 3, 2004; CONNAUGHTON; ILLADES; PÉREZ TOLEDO (eds.), *Construcción de la legitimidad*, *Op. cit.*; PICCATO, *The Tyranny of Opinion*, *Op. cit.*; TAYLOR, William B. *Drinking, Homicide and Rebellion in Colonial Mexican Villages*. Stanford: Stanford University Press, 1989; e CHASTEEN, Violence for show, *Op. cit.* Para estudos recentes sobre a honra, ver JOHNSON, Lyman L.; LIPSETT-RIVERA, Sonya (eds.). *The Faces of Honor; Sex, Shame, and Violence in Colonial Latin America*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998; CAULFIELD, Sueann; CHAMBERS, Sarah C.; PUTNAM, Lara (eds.). *Honor, Status, and Law in Modern Latin America*. Durham: Duke University Press, 2005.

<sup>84</sup> Uma narração heroica da guerra em FRÍAS, Heriberto. *Episodios militares mexicanos: Principales campañas, jornadas, batallas, combates, y actos heroicos, que ilustran la historia del ejército nacional desde la Independencia hasta el triunfo definitivo de la República*. México DF: Porrúa, 1987. O disciplinamento dos soldados no final do século XIX ilustra a conexão entre o nacionalismo e a conformação dos corpos masculinos. Ver BEATTIE, Peter M. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil, 1864-1945*. Durham: Duke University Press, 2001. Para estudos sobre questões semelhantes nos Estados Unidos, ver McLAREN, Angus. *The Trials of Masculinity: Policing Sexual boundaries, 1870-1930*. Chicago: University of Chicago Press, 1997; e HOGANSON, Kristin L. *Fighting for American Manhood: How gender Politics Provoked the Spanish-American and Philippine-American Wars*. New Haven: Yale University Press, 1998.

discurso público em nome do “sacrifício” dos homens<sup>85</sup>. Similarmente, o “debate crítico-racional” iluminista era uma faculdade masculina, embora não eliminasse o caráter central do sentimento e das fofocas ao juntar uma diversidade de espectadores e falantes. O foco de Chambers na honra, por exemplo, traz novas luzes sobre o viés de gênero da vida democrática em nível nacional; a exclusão das mulheres da esfera pública depois da Independência, muitas vezes esquecidas pelos historiadores intelectuais, correspondia-se com uma redefinição das virtudes masculinas que davam forma às novas democracias<sup>86</sup>.

Esse reexame poderia construir uma crítica latino-americana da centralidade do indivíduo no surgimento da esfera pública. Olhando para a disputada divisão entre o público e o privado, as Histórias da esfera pública informadas pelo gênero também são as histórias da forma com que as pessoas olhavam para si mesmas (uma história de si próprio, em outras palavras, sem um substrato psicanalítico). A pesquisa etnográfica, como o estudo de Laura Graham sobre as assembleias comunais, mostra como as discussões públicas podem evitar o foco em uma única voz; entre os Xavante, as decisões são o produto de “uma verificável colagem de vozes [simultâneas]”, enquanto “os indivíduos se dissociam do conteúdo de seu discurso de modo que a responsabilidade perante a sociedade não reside apenas em um falante concreto, mas distribui-se por intermédio de toda a unidade política”<sup>87</sup>. Podemos esperar que historiadores se inspi-

---

<sup>85</sup> WARNER, Michael. *Publics and Counterpublics*. New York and Cambridge: Zone Books Distributed by MIT Press, 2002, p. 55, p. 57. Ver também THORNE, Christian. Thumbing our nose at the public sphere: satire, the market, and the invention of literature. *Publications of the Modern Language Association of America*, CXVI, n. 3, 2001; GREEN, James. Journalists and dandies: bohemian male sociability in Rio de Janeiro, 1870-1920. *Paper* apresentado no Centenário do *Famous 41, Sexuality and Social Control in Latin America, 1901*. Tulane University, New Orleans, November 2001; GUTMANN, Matthew C. *Changing Men and Masculinities in Latin America*. Durham: Duke University Press, 2003; IRWIN, *Mexican Masculinities*, *Op. cit.* Existem muitos estudos sobre o silenciamento da mulher na história de América Latina. Ver, por exemplo, RAMOS, Carmen (eds.). *Presencia y Transparencia: La mujer en la historia de México*. México DF: El Colegio de México, 1987. Para Michael Warner, esse “princípio de negatividade” possibilita a dominação sobre a esfera pública burguesa: a capacidade dos homens de sacrificar seus corpos e interesses privados faz com que sejam indispensáveis. WARNER, *Publics and Counterpublics*, *Op. cit.*, p. 165, p. 54.

<sup>86</sup> A exclusão nunca tirou das mulheres um “papel central... na influência da opinião popular no nível da vizinhança”. CHAMBERS, *From Subjects to Citizens*, *Op. cit.*, p. 92. Ver, por exemplo, LOMNITZ-ADLER, *Deep Mexico, Silent Mexico*, *Op. cit.*, p. 157. Sobre o sentimento, ver LEAN, Eugenia. *Public Passions: The Trial of Shi Jiaqiao and the Rise of Popular Sympathy in Republican China*. Berkeley: University of California Press, 2007; WARNER, *Publics and Counterpublics*, *Op. cit.*, p. 51; e BOURDIEU, Pierre. *Masculine Domination*. (Cambridge: Polity Press, 2001). Uma perspectiva feminista é, como foi notado acima, ainda central: LANDES, *The public and the private*, *Op. cit.* Para a minha própria investigação em relação a essas questões, ver PICCATO, *The Tyranny of Opinion*, *Op. cit.*

<sup>87</sup> GRAHAM, Laura. A public sphere in Amazonia? The depersonalized collaborative construction of discourse in Xavante. *American Ethnologist*, XX, n. 4, 1993, p. 736, 18. Ver também GOODMAN, *Public Sphere and Private Life*, *Op. cit.*, I, p. 5; FRIEDRICH, Paul. *The Princes of Naranja: An Essay in Anthropological Method*. Austin: University of Texas Press, 1986. Sobre a consciência comunal, ver CHATTERJEE, *The nation and its peasants*, *Op. cit.*, p. 13.

rem nas etnografias que estudam o movimento fluido dos agentes na América Latina entre a representação de múltiplas e sobrepostas circunscrições eleitorais, de regiões, de cidades, das famílias extensas e de interesses individuais.

Um último âmbito em que uma análise baseada na esfera pública pode empreender estudos de hegemonia é a constituição dos públicos. Os públicos são audiências que definem discursos e debates, tanto forças políticas quanto objetos de discussão, tão suscetíveis à razão quanto à emoção. Uma arqueologia do discurso foucaultiana poderia fornecer ferramentas descritivas úteis para os campos discursivos, mas não consegue explicar a síntese dos diversos agentes para se transformarem em interlocutores. Dois campos em que essa tensão se desenvolve hoje em dia são os da história da medicina e a do crime e do castigo. A partir de importantes estudos baseados na lei, na ciência e nas instituições, os pesquisadores agora começam a empreender estudos mais abrangentes sobre a interação dessas disciplinas com os agentes e as práticas sociais, e com as maneiras pelas quais os públicos mais amplos receberam e reformularam as ideias sobre a doença e a transgressão. A História Política poderia se inspirar nessas pesquisas. Da mesma forma com que os públicos populares encararam *el estado médico-legal* para produzir a sua própria combinação de explicações biológicas e velhas formas de justiça na Argentina<sup>88</sup>, os cidadãos das novas repúblicas viraram interlocutores do discurso do liberalismo. A sua união para reformar a democracia e a cidadania seria mais fácil de compreender partindo mais de uma perspectiva dialógica do que de uma que ainda pressupõe identidades preexistentes e interesses claramente definidos, e vê o antagonismo de classe como uma pré-condição do discurso público. Forment mostra como os “contrapúblicos” emergiram no Peru do século XIX enquanto a discussão política se espalhava além da República das Letras, capacitando “trabalhadores, artesãos, povos indígenas para entrar na esfera pública e ampliar o seu percurso”<sup>89</sup>. Mas falar dos contrapúblicos pressupõe a existência de um “público” preexistente, oposto e

---

<sup>88</sup> CAIMARI, Lila M. *Apenas un delincuente: Crimen, Castigo y cultura en la Argentina, 1880-1955*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2004. Ver também BLISS, Katherine Elaine. *Compromised Positions: Prostitution, Public Health, and Gender Politics in Revolutionary Mexico City*. University Park: Pennsylvania State University, 2001; SALVATORE, Ricardo Donato; AGUIRRE, Carlos; JOSEPH, Gilbert M. *Crime and Punishment in Latin America: Law and Society since Late Colonial Times*. Durham: Duke University Press, 2001.

<sup>89</sup> FORMENT, La sociedad civil, *Op. cit.*, p. 204-207. Na intersecção de um estudo foucaultiano e gramsciano sobre hegemonia, a ênfase mais na ‘articulação’ do que na ‘representação’ propõe que a criação de significados precede à dos agentes sociais. Ver MOUFFE; LACLAU, *Hegemonía y estrategia*, *Op. cit.*, p. 124, p. 29, p. 42-43. Ver também FOUCAULT, Michel. *La arqueología del saber*. México DF: Siglo XXI, 1979; HABERMAS, ‘Further Reflections’, *Op. cit.*, p. 429. Para a utilidade de Habermas a fim de completar o percurso de Foucault, ver LANDES, *Women and the Public Sphere*, *Op. cit.*, p. 7. Ver AGUIRRE, Carlos; SALVATORE, Ricardo. Introduction: writing the history of law, crime, and punishment in Latin America. SALVATORE; AGUIRRE; JOSEPH (eds.), *Crime and Punishment*, *Op. cit.*, p. 17; FOUCAULT, Michel. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. New York: Vintage, 1979; e WARNER, *Publics and Counterpublics*, *Op. cit.*

normativamente superior, um público “nacional” que não é tão frequentemente o objeto de interesse central nos estudos sobre a hegemonia, como se o local fosse mais tangível. Mas o público também tem uma História na América Latina. Como Sábado, Guerra e Annick Lempérière destacaram, a categoria de *el público* era essencial para a linguagem política do século XIX e para as conceitualizações da legitimidade. Implicava, poderíamos dizer, a existência de uma esfera pública em que podiam ser ouvidas diferentes vozes, mesmo que implicassem múltiplos públicos específicos lutando por seus percursos de maneira pouco semelhante ao público letrado universal imaginado por Kant<sup>90</sup>. Como mostram os estudos da esfera pública após a independência, a politização criou públicos que imaginavam nações. Os debates sobre o crédito e as políticas tarifárias, por exemplo, definiram um público de cidadãos, que expressava os seus interesses comuns em um diálogo com as autoridades nacionais, às vezes com consequências para a unidade nacional<sup>91</sup>.

Nesses debates, os interlocutores incluem trabalhadores que falam com economistas e autoridades nacionais, e também agentes transnacionais. Estudar os públicos e os contrapúblicos, ou os discursos hegemônicos e contra-hegemônicos, de qualquer forma, não requer a existência de múltiplas esferas públicas, nem de uma que esteja irrevogavelmente fragmentada pela classe ou por outras diferenças. Eu proporia que esses públicos pudessem se entender melhor historicamente se os colocarmos no contexto de uma esfera pública nacional. Os estudos sobre os artesãos da América Latina no século XIX, por exemplo, mostram um desejo permanente de falar racionalmente em nome de uma classe trabalhadora respeitável, para uma audiência nacional, mesmo que imaginária. Isso fica mais claro para o século XX: os historiadores do trabalho têm analisado a interação entre experiência e linguagem, em vez do impacto homogeneizador da industrialização por trás da consciência que possibilitou as mobilizações de massas<sup>92</sup>.

---

<sup>90</sup> SÁBATO, On political citizenship, *Op. cit.*; LEMPÉRIÈRE, Reflexiones, *Op. cit.* Para a versão europeia Ocidental, ver MELTON, *The Rise*, *Op. cit.* Ver também SENNETT, *The Fall of Public Man*, *Op. cit.* “Com o uso público da própria razão entendo o uso que qualquer pessoa, como estudioso, faz da razão frente ao conjunto do mundo literato”. KANT, Emmanuel. What is Enlightenment? [1784]. Disponível online em: <http://www.fordham.edu/halsall/mod/kant-what.html>.

<sup>91</sup> FORMENT, *Democracy in Latin America*, *Op. cit.*, p. 126; GOOTENBERG, Paul. North-South: trade policy, regionalism and caudillismo in post-independence Peru. *Journal of Latin American Studies*, XXIII, n. 2, 1991.

<sup>92</sup> Sobre os artesãos e a esfera pública, ver ILLADES, Carlos. *Hacia la república del trabajo. La organización artesanal en la ciudad de México, 1853-1876*. México DF: El Colegio de México/UAM, 1996; GOOTENBERG, *Imagining Development*, *Op. cit.* Sobre as esferas públicas múltiplas, ver NEGTE; KLUGE, *Public Sphere and Experience*, *Op. cit.*; COSTA, Emilia Viotti da. Experience versus structures: new tendencies in the history of labour and the working class in Latin America – What do we gain? What do we lose?. *International Labour and Working-Class History*, XXXVI, 1989. Sobre a consciência e os fatores estruturais no surgimento do Peronismo, ver o debate clássico em HALPERIN DONGHI, Tulio. Algunas observaciones sobre Germani. *Desarrollo Económico*, XIV, n. 56, 1975; GERMANI, Gino. El surgimiento del

Públicos da classe operária uniam-se por meio de discursos e debates, que forneciam os meios conceituais para pensar interesses comuns e interpelar o Estado. Eram os trabalhadores argentinos *los trabajadores* antes do Peronismo? Estudos recentes examinam os esforços peronistas por criar uma base política por intermédio da mídia e bases que incorporassem grupos tradicionalmente excluídos da esfera pública por causa de sua raça, classe e gênero.

O processo transformou as intersecções de classe, gênero, lealdade pessoal e nacionalismo em legítimos objetos de debate por parte de um amplo leque de interlocutores<sup>93</sup>. Em *Doña María's Story*, por exemplo, Daniel James usa entrevistas para examinar as próprias reconstruções dos operários peronistas sobre o seu próprio papel histórico em “uma nova esfera pública aumentada”<sup>94</sup>.

### **Conclusão: usando o mapa contra a fragmentação**

Se destacarmos a violência e a classe ou as divisões étnicas ou de gênero, a esfera pública nacional parece encolher até ficar irreconhecível. Os historiadores das hegemônias latino-americanas usam a categoria da fragmentação para explicar o problema da ausência de territórios e de unidades políticas coerentes e a debilidade dos valores burgueses na América Latina moderna. Mas as suas valiosas descobertas não são suficientes para descartar a produtiva procura empreendida sobre a esfera pública, empreendida por outros autores também mencionados nestas páginas. Nesses relatos, múltiplos agentes dirigiram-se ao Estado e à sociedade civil, supondo (como uma noção-chave de sua noção de cidadania) que poderiam se envolver em diálogos sobre a esfera pública, que essa esfera pública era uma só e que nela contavam todas as opções

---

peronismo: el rol de los obreros y de los migrantes internos. *Desarrollo Económico*, XIV, n. 56 (1975). Para o foco dos historiadores do trabalho na experiência como forma de fazer sentido das respostas às circunstâncias políticas em constante transformação, ver JAMES, Daniel. *Resistance and Integration. Peronism and the Argentine Working Class, 1946-1976*. New York: Cambridge University Press, 1990; WOLFE, Joel. *Working Women, Working Men: São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955*. Durham: Duke University Press, 1993; WINN, Peter. *Weavers of Revolution. The Yarur Workers and Chile's Road to Socialism*. New York: Oxford University Press, 1986.

<sup>93</sup> PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañana es San Perón: A Cultural History of Peron's Argentina*. Wilmington: SR Books, 2003, p. 198. Sobre o populismo como estilo, ver KNIGHT, Alan. Populism and neo-populism in Latin America, especially Mexico. *Journal of Latin American Studies*, XXX, n. 2, 1998; LACLAU, Ernesto. Populismo y transformación del imaginario político en América Latina. *Boletín de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, XLII, 1987.

<sup>94</sup> JAMES, Daniel. *Doña María's Story: Life History, Memory, and Political Identity*. Durham: Duke University Press, 2000, p. 219-220. Sobre o uso de espaços públicos por parte dos operários, ver JAMES, Daniel. October 17th and 18th, 1945: mass protest, Peronism and the Argentine working class. *Journal of Social History*, XXI, n. 2, 1988; LEIDENBERGER, Georg. Habermas en el Zócalo: la “transformación de la esfera pública” y la política del transporte público en la ciudad de México, 1900-1947. In: SACRISTÁN; PICCATO (eds.), *Actores, espacios y debates*, Op. cit.

racionais. O acesso, a razão, o público e o privado, a individualidade, a representação, a *vecindad*: todos esses elementos do quadro têm a sua própria história. A produção aqui examinada não deixa dúvida nenhuma de que a intersecção entre eles na América Latina, depois da Independência, foi original e produtiva.

O que possibilitou o encontro das vontades foi o objetivo compartilhado de intervir em conversas que uniram todos os membros do regime. A independência significou a súbita politização do público. Conseguir um diálogo inclusivo e não coercitivo entre velhos e novos agentes continua sendo o objeto de lutas em atividade na América Latina. Desde o ponto de vista metodológico, o modelo da esfera pública oferece um marco consistente para estudar o desejo de ter esses diálogos em uma língua que pudesse ser entendida por todos, em sociedades em que as línguas separam tanto quanto unem. Como a teoria joga uma ampla rede sobre fenômenos muito diversos, os historiadores têm justificadas apreensões de criar mais um grande relato que possa rejuvenescer a homogeneização e a teleologia europeias. Mas o custo de não fazer nada no meio da paisagem atual (ou seja, de aceitar as atuais divisões disciplinares e teóricas) talvez seja maior do que o risco de testar novos modelos interpretativos contra os marcos predominantes.

Uma perspectiva latino-americana crítica da esfera pública deveria incorporar o gênero, a classe e a diferença cultural, e dar conta de fortes origens coloniais e urbanas. O resultado desafiará, mas também continuará envolvendo narrativas de Republicanismo e Liberalismo. Um diálogo entre uma perspectiva habermasiana e outras baseadas nos modelos teóricos gramscianos ou foucaultianos não é uma impossibilidade e providenciará um vocabulário comum para diversos subcampos e tradições dentro da historiografia da América Latina. No território explorado aqui, os jargões dos historiadores ou de suas audiências nacionais talvez sejam menos relevantes no final do que suas escolhas de objeto de estudo: ampliar a definição da política com uma noção da cultura como espaço puramente simbólico poderia, no final, só acrescentar novos capítulos temáticos às histórias nacionais dominadas pelas elites que dominam as salas de aula da América Latina; uma procura excessivamente entusiasta dos discursos fragmentados e contrapúblicos arrisca quebrar a História em pedaços, que, embora inovadores, não supõem ameaça nenhuma aos temas “importantes”. Como conjunto de coordenadas históricas, uma História da esfera pública na América Latina vai avançar quanto à aliança dos estudos “pequenos”, quanto às políticas locais e às linguagens, quanto à privacidade e aos corpos, com a escala “maior” de estudo sobre o nacionalismo e a representação. Para conseguir fazer isso, porém, a categoria da esfera pública terá que reter o seu caráter único, como o âmbito comum, não coercitivo, para o “uso público e popular da própria razão”, que se torna central para a sua própria formulação. Por outro lado, o diálogo que interessa aos pesquisadores e dá relevância política

ao modelo se tornaria irrelevante, transformando esse mesmo modelo em um mapa de uma ilha sem um lugar.

*Artigo recebido em 02 de novembro de 2013.*

*Aprovado em 10 de maio de 2014.*